

Multicare - Seguros de Saúde, S.A.

Relatório e Contas 2009

Índice

3	Órgãos Sociais
4	Relatório do Conselho de Administração
19	Anexo ao Relatório do Conselho de Administração
20	Demonstrações Financeiras
26	Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais
91	Anexos
98	Certificação Legal de Contas

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente José Filipe de Sousa Meira
Secretário Vítor Manuel Dinis Lopes

Conselho de Administração

Presidente CAIXA SEGUROS E SAÚDE, SGPS, S.A., que nomeou
para exercer o cargo em nome próprio,
Armando António do Poço Pires

Vogais Carlos Vaz de Macedo da Cunha Coutinho
Rogério Miguel Campos Henriques
José Manuel Alvarez Quintero
Maria João Carozo Honório Paulino de Sales Luís

Conselho Fiscal

Presidente Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias
Vogais João Filipe Gonçalves Pinto
Luís Máximo dos Santos
Suplente João Manuel Gonçalves Correia das Neves Martins

**Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas**

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por
Maria Augusta Cardador Francisco, ROC

1.

Relatório do Conselho de Administração em 31 de Dezembro 2009

O Conselho de Administração da Multicare - Seguros de Saúde, S.A., em cumprimento dos preceitos legais e estatutários aplicáveis, apresenta o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2009.

1. Enquadramento da Actividade

1.1. Enquadramento Macroeconómico Internacional

O ano de 2009 fica marcado por um contexto de crise económica, que se seguiu à crise financeira, que teve o seu período mais intenso em 2008, tendo a actividade económica internacional reflectido uma deterioração potenciada pela interacção entre variáveis financeiras e da economia real.

Assim, o PIB mundial, que tinha vindo a registar uma forte dinâmica de crescimento nos últimos anos, e que já tinha registado um abrandamento para cerca de 3% em 2008, deverá conhecer um decréscimo de aproximadamente 1,1% em 2009, reflectindo o abrandamento na generalidade das economias mundiais, com excepção da China que manteve o ritmo de crescimento em torno de 9%.

O comércio mundial deverá ter registado uma queda sem precedentes de cerca de 12%, após um crescimento próximo de 3% em 2008, reflectindo, essencialmente, o adiamento de decisões de consumo e investimento devido à incerteza sobre a evolução económica.

Apesar de as taxas de juro de referência para empréstimos a empresas e particulares se terem mantido em níveis historicamente baixos, devido à intervenção dos Bancos Centrais, verificou-se uma maior dificuldade no acesso ao crédito devido à adopção, por parte das entidades bancárias, de políticas restritivas na concessão de crédito, dados os receios sobre a capacidade de cumprimento de obrigações por parte de empresas e particulares.

Os mercados accionistas evidenciaram uma forte subida no segundo semestre, terminando o ano, no entanto, em níveis ainda claramente inferiores aos do início da crise.

1.2. A Economia Portuguesa

A actividade económica nacional registou, em 2009, uma contracção de 2,7%, menos intensa do que o valor médio de -4% da zona Euro. Esta evolução interrompe o processo de divergência face aos países integrantes da moeda única europeia, e, na medida em que evidencia maiores níveis relativos de rigidez da economia nacional, pode indiciar o risco de Portugal não conseguir acompanhar os ritmos de crescimento que se esperam a partir de 2010.

Este risco é reforçado pela situação actual das contas públicas (défice superior a 9% do PIB) e do desemprego (cerca de 10%), bem como pelos elevados níveis de endividamento público e privado e pelo reduzido nível de qualificação da população activa.

O decréscimo da actividade económica proveio, essencialmente, do comportamento da procura interna (-3,2 pp.), reflectindo a redução do investimento e do consumo privado, enquanto a procura externa teve um efeito positivo de 0,5 pp., decorrente de uma evolução favorável das exportações líquidas, situação que contribuiu para a redução do défice conjunto das Balanças Corrente e de Capital para cerca de 8% do PIB.

A inflação, medida pelo IHPC, evidenciou um valor negativo de 0,9%, ficando abaixo das previsões iniciais, e reflectindo a evolução de preços dos bens energéticos e de matérias-primas, bem como a redução das margens de lucro e a evolução favorável do preço das importações, por via da manutenção de uma taxa de câmbio euro/dólar favorável.

As previsões económicas do Banco de Portugal para 2010, embora susceptíveis de serem negativamente revistas devido à conjuntura internacional, apontam para um aumento da actividade económica em 0,7%, liderado pela recuperação do consumo privado e pela menor queda nas variáveis de investimento.

Em consequência da recuperação económica e da evolução esperada para os preços das matérias-primas (com destaque para o petróleo), a taxa de inflação deverá evoluir para um valor positivo de 0,7%.

No que respeita à taxa de desemprego verificou-se, em 2009, um aumento da taxa média anual para 9,6%, com origem nos múltiplos encerramentos de empresas, quer por dificuldades económicas, quer por deslocalizações de unidades fabris de multinacionais, sendo previsível, para 2010, a manutenção de uma taxa de aproximadamente 10%, uma vez que o mercado de trabalho não deverá acompanhar a recuperação económica.

1.3. Evolução Geral do Mercado Segurador em Portugal

De acordo com os elementos divulgados pelo Instituto de Seguros de Portugal, o mercado segurador terá contabilizado, na sua actividade em Portugal, incluindo recursos captados via contratos de investimento, um valor próximo de 14,5 mil milhões de euros (cerca de 9% do PIB) de prémios de seguro directo, a que corresponde um decréscimo de 5,4% face a 2008.

Esta evolução decorre da redução verificada quer nos ramos Vida (-5,9%), que reflectiram a menor apetência dos clientes por produtos de perfil de risco mais elevado, quer nos ramos Não Vida (4,2%), marcados pela difícil situação económica e pela degradação do nível de preços. Tal facto fez sentir-se de forma mais intensa nos ramos Acidentes de Trabalho, Automóvel e Transportes, havendo a referir, pela positiva, o aumento da carteira de prémios dos ramos Doença, Multiriscos e Responsabilidade Civil.

No que respeita ao grau de concentração do mercado segurador, verificou-se um comportamento diferenciado nos ramos Vida e Não Vida. Assim, nos ramos Vida constatou-se uma ligeira diminuição dos níveis de concentração, uma vez que as alterações verificadas na estrutura do mercado (nomeadamente a aquisição da Global Vida pelo Grupo Banif/Açoreana) não foram suficientes para contrariar o decréscimo da produção evidenciado pelos 10 grupos mais representativos nesta área de negócio, que passaram a deter uma quota de 94% face a 94,7% em 2008.

Nos ramos Não Vida, a conjugação dos dois efeitos acima referidos teve o resultado contrário: ou seja, em termos de evolução de prémios os principais operadores evidenciam uma perda de representatividade, contudo as operações de concentração verificadas (nomeadamente a aquisição da Global pelo Grupo Banif/Açoreana e da Real pela Lusitânia) invertem esse movimento, tendo os 10 principais Grupos registado uma quota de mercado de 87,5% (face a 82,1% em 2008).

Em termos regulamentares, é de referir a entrada em vigor do novo Regime Jurídico do Contrato de Seguro, o que implicou uma revisão significativa dos clausulados e da documentação contratual e pré-contratual das apólices.

1.4. Evolução do Mercado de Seguros de Saúde

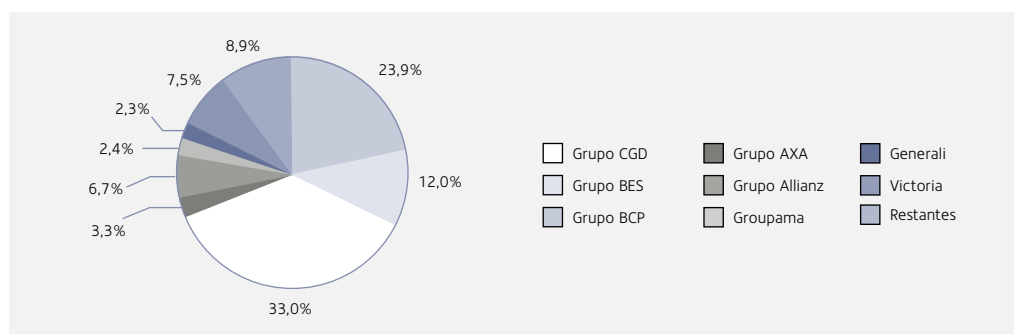
Num contexto global de escassa evolução dos prémios de seguros, em especial no segmento Não Vida, tem sobressaído a expansão do volume de prémios do seguro de saúde, que tem vindo a apresentar nos últimos anos taxas de crescimento que oscilaram entre os 8% e os 10% atingindo em 2008 um montante de prémios brutos emitidos de Seguro Directo de 479.774 milhares de euros.

Embora tenho sido, em 2009, um dos poucos ramos Não Vida com crescimento, este desacelerou, situando-se na ordem dos 3,2%, atingindo cerca de 500 milhões de euros de Prémios.

Este crescimento poder-se-á explicar pelas dificuldades de sustentabilidade que começam a surgir nos sistemas de saúde públicos, pela crescente preocupação da população em procurar alternativas nos cuidados de saúde e pela versatilidade, abrangência e acessibilidade que os seguros de saúde vêm apresentando. A esta procura, seja individual, seja através de empresas, tem o sector respondido com a adequação da sua oferta, nomeadamente com a expansão de redes convencionadas de prestadores de cuidados de saúde e com a concepção de produtos novos, cada vez mais versáteis e inovadores.

Deste modo, o ramo dos seguros de saúde, que há 20 anos atrás representava 1% do total da produção Não Vida, é hoje responsável por 13,6% do total (dados APS, Junho de 2009) pelo que continua a ser uma das linhas de negócio com melhores perspectivas de crescimento.

Em termos de quota de mercado destaca-se em 2009, a manutenção por parte do Grupo Caixa Seguros e Saúde da liderança no Ramo Doença (33,0%), porém, com uma perda de 1,4 p.p. relativamente a 2008 (34,4%) a favor, essencialmente, do Grupo BCP e do Grupo BES.



2. Actividade da Companhia

A Multicare – Seguros de Saúde, S.A., assume os objectivos e as linhas de orientação estratégicas definidas para o Grupo Caixa Seguros e Saúde, tendo completado o terceiro exercício como resseguradora das carteiras de seguros de saúde da Fidelidade Mundial (FM) e da Império Bonança (IB).

O ano de 2009 destacou-se pela inovação, com o lançamento da Nova Oferta Global de Saúde para individuais e PME e pela consolidação das alterações estruturais que se iniciaram em 2008 com o projecto ActivAction.

2.1. Organização e Processos

Toda a gama de produtos individuais e PME's, da FM e IB, foi renovada, no sentido de a tornar mais modular e adaptável às necessidades de cada cliente, tendo a Multicare assumido a responsabilidade técnico-actuarial pelo desenvolvimento dos produtos.

Internamente, as alterações no modelo organizativo e em processos operativos, os investimentos em competências técnicas e em meios informáticos, permitiram uma evolução significativa no controle técnico do negócio e na melhoria dos níveis de serviço:

- Investiu-se na componente actuarial com o reforço de quadros especializados e a consolidação de uma equipa técnica qualificada. A realçar, no plano de actividades desta equipa, não só o desenvolvimento da Nova Oferta Global de Saúde como a implementação do modelo de monitorização da rede de prestadores na vertente dos cuidados ambulatoriais.

- Reestruturou-se a componente médica, com a constituição de um departamento médico autónomo (e a contratação de um médico que integrou os quadros da companhia como responsável do referido departamento. Reforçou-se, ainda, a equipa de médicos avançados com três novos médicos). Constituiu-se o Conselho Médico da Multicare, órgão consultivo de apoio ao departamento médico, constituído por nove personalidades reconhecidas no meio clínico.

- Também se reforçou a equipa de gestores da rede de prestadores e valorizou-se a sua função externa, destacando-se como principal objectivo, em 2009, a renegociação de preços de actos médicos, nomeadamente de imagiologia, patologia clínica, ginecologia, otorrino e oftalmologia e lançou-se uma nova tabela de estomatologia.

Foi, por conseguinte, um ano que se caracterizou pelo reforço de quadros qualificados da Multicare, quer ao nível de quadros técnicos, quer ao nível de chefias.

A Multicare continuou em 2009 o seu percurso de centralização de funções transversais de suporte ao negócio nas unidades da Caixa Seguros e Saúde.

- Este processo, que se iniciou em 2008 com a centralização da Contabilidade e Tesouraria, e que prosseguiu em 2009 com a integração do Marketing e Desenvolvimento de Produtos, Auditoria e Gestão de Reclamações, tem como objectivo último tornar a Multicare numa Companhia focalizada na exploração técnica do Ramo Doença, em particular no desenvolvimento técnico - actuarial de produtos, na subscrição e aceitação de riscos, na gestão de sinistros e na gestão de redes convencionadas de prestadores de cuidados de saúde.

- Com o mesmo objectivo externalizaram-se a área do Centro de Atendimento, por ser uma gestão muito especializada que não de técnica seguradora, bem como operativas muito indiferenciadas, caracterizadas por mão-de-obra intensiva, como a digitalização e carregamento de dados em reembolsos de despesas médicas.

- Procedeu-se a uma alteração no modelo organizativo dos sinistros, passando-se de uma estrutura segmentada por natureza de processos, para uma estrutura por tipologia de cliente.

- Reestruturaram-se as áreas de operações, aceitação e subscrição, que deixaram de estar integradas numa única área e passaram a ter uma autonomia própria. Foi alterado o modelo de subscrição passando-se de uma estrutura única, para uma segmentada por negócios novos e em carteira e dentro destes por canal de distribuição.

2.2. Principais Indicadores da Actividade

Na sequência da reorganização operada nas diferentes áreas da Companhia verificou-se uma evolução significativa nos principais indicadores de actividade, com particular incidência na melhoria do serviço prestado aos clientes e na imagem da Multicare.

- Finalizou-se o ano 2009 com um rácio de autorizações de actos médicos concedidas até 48h de 92%, face a 87% verificado no ano anterior.
- Registou-se uma melhoria do tempo de emissão de novos contratos, que passou de 2,6 dias, em 2008, para 1,5 em 2009.
- Manteve-se a tendência de crescimento da utilização do seguro – tendo sido nos três últimos anos de 61%, 65% e 66% respectivamente - o que originou que, em 2009, 355.015 pessoas seguras tenham accionado as suas coberturas.
- Financiaram-se 2.380.000 actos médicos, valor praticamente idêntico ao do ano anterior, embora com uma alteração significativa do peso relativo dos vários tipos de actos, com particular destaque para o aumento de 14% no número de internamentos realizados no ano.
- Número de actos realizados em 2009 nas principais tipologias:

(Valores em Euros)

Partos	3 174
Internamento	25 871
Consultas	
Medicina Geral e Familiar	104 190
Estomatologia	364 830
Restantes Especialidades	682 486
Urgências	105 729
Fisioterapia	
Sessões	120 000
Exames	
Radiologia	122 994
Ecografia	190 999
TAC	28 037
RMN	12 995

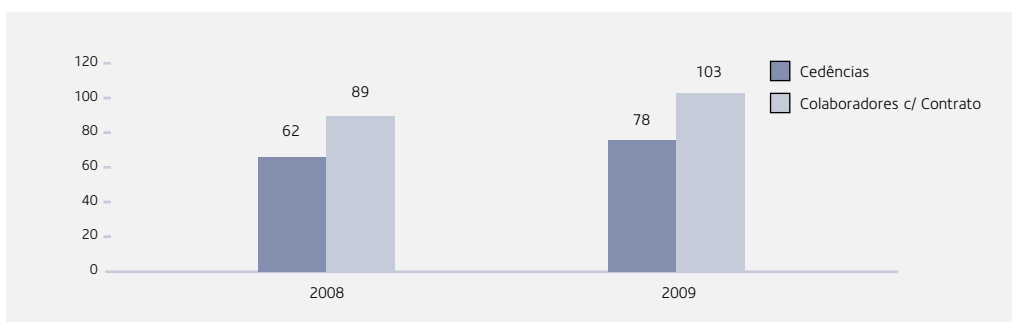
A estes dados acresce, ainda, 1.882.619 análises clínicas, realizadas por cerca de 100.000 utilizadores.

- O número de chamadas recebidas no Centro de Atendimento registou uma redução de cerca de 20%, a qual foi acompanhada por uma melhoria do rácio de chamadas atendidas que se situou em 96,1%, face a 87,1% em 2008. Também é de assinalar uma melhoria no tempo médio de espera que se reduziu para 17", cerca de metade do tempo verificado no ano anterior.

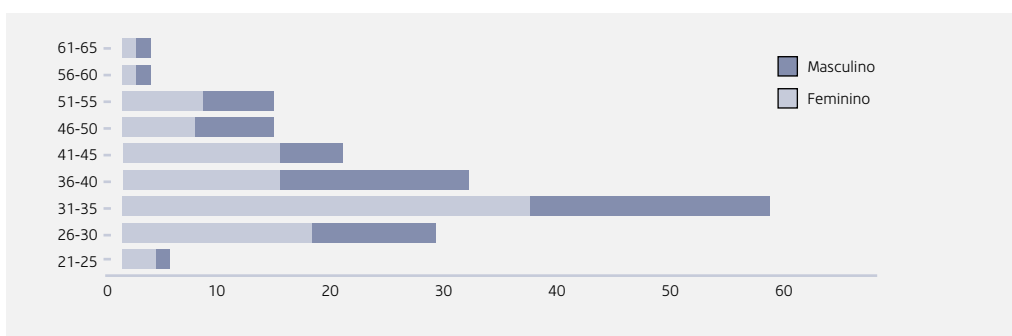
- Por último, de referir uma redução de 21,4% no número de reclamações - 0,02% das pessoas seguras - um dos indicadores que, do nosso ponto de vista, melhor pode traduzir a melhoria de serviço percebida pelos nossos Clientes.

2.3. Recursos Humanos

A Multicare encerrou o exercício com 181 colaboradores, que possuem vínculo à Companhia, seja directamente, seja através de contratos de cedência de outras Empresas do Grupo, que corresponde a um crescimento, face a 2008, de 19,9%. Este crescimento é consequência do objectivo, já anteriormente referido, de reforço das competências técnicas e de gestão, através do recrutamento de quadros técnicos qualificados e chefias para áreas consideradas críticas.



A idade média dos colaboradores diminuiu de 38 para 37 anos, sendo 62% do sexo feminino. No que respeita às habilitações académicas, manteve-se um maior peso do nível de habilitações igual ou superior a Licenciatura (47%).



Foi, ainda, o ano em que se deu continuidade à aplicação plena do Modelo de Gestão de Desempenho por objectivos e do desenvolvimento de Plano de Formação de e-Learning em Seguros de Saúde, dirigido à generalidade dos colaboradores.

De referir, ainda, a formação específica sobre a Lei do Contrato de Seguro, as Normas de Conduta de mercado e Compliance.

3. Principais Indicadores das Seguradoras Cedentes

3.1. Prémios

O volume de prémios do conjunto das seguradoras, atingiu em 2009 o valor de 167,2 milhões de euros, o que corresponde a um crescimento de 1,1% face a 2008.

(Valores em Euros)

Seguradora	Prémios Emitidos				Var. (%)
	2009	Peso %	2008	Peso %	
FM	119 185	71%	104 406	63%	14,2%
IB	48 006	29%	60 972	37%	-21,3%
TOTAL	167 191	100%	165 378	100%	1,1%

O universo de pessoas seguras diminuiu em 2.9 p.p., passando de 554.020, em 2008, para 537.902 em 2009, decorrente essencialmente da saída de contratos de seguros de grupo de significativa dimensão e do saldo negativo de apólices novas face a anuladas, que se manteve no seguro individual, embora com uma tendência de melhoria a partir do segundo semestre.

3.2. Sinistros

No final de 2009, a carteira de seguro directo do Ramo Doença da Fidelidade Mundial e da Império Bonança gerida pela Multicare apresentou uma taxa de sinistralidade conjunta de 91,05%, superior à atingida no final de 2008, que foi de 88,0%.

Este aumento de sinistralidade ficou a dever-se essencialmente a um significativo aumento do custo médio dos sinistros não acompanhado por um aumento do prémio médio de carteira. No conjunto das seguradoras, o prémio médio por pessoa segura aumentou 2,2%, de 2008 para 2009, tendo o custo médio por pessoa segura, em igual período, aumentado 5,8%, devido fundamentalmente ao aumento do internamento.

A reestruturação da oferta de produtos, o reajustamento do tarifário da carteira individual e PME, as políticas adoptadas na subscrição e aceitação de riscos e as medidas de controlo de custos na rede de prestadores, vão ter o impacto esperado na contenção da sinistralidade na anuidade de 2010.

4. Resultados

Da análise às Demonstrações Financeiras de 2009 destacam-se os seguintes aspectos:

4.1. Resultado Técnico

A Multicare apresentou um resultado técnico global positivo de 14.506 milhares de euros.

No que respeita ao Resseguro Aceite, a Multicare apresentou um Resultado Técnico positivo de 15.388 milhares de euros, sendo 2009 o segundo ano de aplicação plena do Tratado de Resseguro às Carteiras do Ramo Doença da FM e da IB. A redução de resultado face ao ano anterior decorre do aumento da sinistralidade e da diminuição dos rendimentos financeiros de investimentos.

O montante de prémios de Resseguro Aceite, ascendeu a 167,2 milhões de euros, sendo 119,2 milhões de euros provenientes da FM e 48,0 milhões de euros da IB. As indemnizações, atingiram 151,9 milhões de euros, dos quais 102,7 milhões de euros provenientes da FM e 49,2 milhões de euros da IB, resultando uma taxa de sinistralidade conjunta de Resseguro Aceite de 91,1%, um aumento de 2.4 p.p. face a 2008.

Tendo em consideração as taxas de sinistralidade das cedentes e a aplicação do Tratado de Resseguro estabelecido, o valor da Participação nos Resultados ascendeu a 14,7 milhões de euros, correspondente a um excesso de sinistralidade, 8,9 milhões de euros provenientes da FM e 5,8 milhões de euros da IB. A co-participação da Multicare na sinistralidade é de 3,7 milhões de euros.

O valor das comissões de resseguro aceite ascendeu a 17,9 milhões de euros, o que denota uma redução face a 2008 decorrente da renegociação das condições dos tratados de resseguro com as Cedentes.

Para o Resultado Técnico de Resseguro Aceite contribuíram, também, os Rendimentos, quer das provisões retidas pelas cedentes – Provisão Para Prémios Não Adquiridos e Provisão Para Sinistros – quer dos restantes investimentos, que ascenderam a 3.518 milhares de euros, apresentando uma redução muito significativa face ao valor de 2008.

O resultado técnico da retrocessão foi negativo e no montante de 539,7 milhares de euros e respeita aos Tratados de Resseguro estabelecido com a seguradora Cares e com a resseguradora Munich Re.

O resultado técnico de seguro directo foi negativo e no valor de 342,1 milhares de euros.

(Valores em Euros)

Evolução do Resultado Técnico Resseguro Aceite	2009	2008	Var (%)
Prémios	167 237 857	165 588 884	1
Var. PPNA	-432 360	-976 256	-56
Prémios Adquiridos	166 805 497	164 612 628	1
Comissões	-17 978 070	-18 214 777	-1
Sinistros	-151 909 048	-146 038 285	4
Participação nos Resultados	14 698 335	11 810 232	24
Var. Prov. Riscos em Curso	578 719	-1 033 148	-156
Custos de Aquisição Diferidos	-325 233	627 149	-152
Rendimentos	3 517 515	5 436 368	-35
Resultado RA	15 387 715	17 200 167	-11
Taxa Sin. RA	91,1%	88,7%	+2 4p.p.

4.2. Custos por Natureza a Imputar

Os Custos por Natureza a Imputar atingiram o valor de 13.257 milhares de euros, verificando-se uma estabilização das despesas gerais, nomeadamente no que refere a FSE. Estes custos distribuíram-se do seguinte modo:

(Valores em Euros)

	2009	%	2008	%	Var (%)
Forn. e Serv. Externos	6 294 215	47,5	6 248 336	47,2	0,7
Custos com Pessoal	6 389 748	48,2	5 962 699	45,0	7,2
Comissões e Juros	267 960	2,0	735 702	5,6	-63,6
Amortizações	295 375	2,2	288 243	2,2	2,5
Impostos e Taxas	9 296	0,1	4 129	0,0	125,2
Total	13 256 594	100,0	13 239 109	100,0	0,1
% do total de Prémios de SD+RA	7,8		7,9		

- Os Fornecimentos e Serviços Externos atingiram o valor de 6.294,2 milhares de euros, provenientes de contratos de fornecimentos, nomeadamente, arrendamento das instalações, serviços de consultoria informática e outsourcing do Centro de Atendimento, apresentando um crescimento face ao ano anterior de 0,7%;

- Os Custos com Pessoal totalizaram 6.389,7 milhares de euros correspondendo a um aumento de 7,2% decorrente do reforço de quadros cedidos pela FM e IB.

- Os juros e as comissões ascenderam a 267,9 milhares de euros, referente essencialmente aos encargos suportados com o Empréstimo Subordinado de 15,0 milhões de euros, correspondendo a uma taxa de variação de -63,6%, conseqüente da redução das taxas de juro em 2009;
- As amortizações do exercício ascenderam a 295,4 milhares de euros, correspondendo a uma variação positiva de 2,5%, decorrente de investimentos que permitirão potenciar a melhoria da eficiência operacional e, conseqüentemente, a racionalização de recursos.

4.3. Provisões Técnicas

As Provisões Técnicas de Seguro Directo e de Resseguro Aceite apresentaram, em 2009, um montante de 69,2 milhões de euros, sendo 24,0 milhões de euros relativos a Provisão Para Prémios Não Adquiridos, 44,7 milhões de euros relativos a Provisão Para Sinistros e 0,45 milhões de euros a Provisão para Riscos em Curso.

A Multicare terminou o exercício de 2009 com um montante de activos passíveis de serem afectos à representação das provisões técnicas de 105,9 milhões de euros, conduzindo a um rácio de cobertura das provisões técnicas de Seguro Directo e de Resseguro de 153%.

A Companhia tem, assim, inteiramente cobertas as suas responsabilidades para com segurados e terceiros e cumpre os limites estabelecidos em relação a aplicações financeiras, bem como os níveis de Margem de Solvência e do Fundo de Garantia, excedendo, significativamente, os valores mínimos legalmente fixados.

Cobertura das Responsabilidades Técnicas

(Valores em Euros)

Activos de Representação das Prov Técnicas	2009	%	2008	%
Acções e Outros Títulos de Rend. Var.	2 594 248	2	2 504 634	2
Obrigações e Outros Títulos de Rend. Fixo	33 730 566	32	30 887 487	29
Depósitos e Caixa	1 144 301	1	5 597 326	5
Empréstimos e contas a receber				
Depósitos junto de Empresas Cedentes	67 645 260	64	68 469 682	64
Outros Depósitos	800 013	1	0	0
Total de Activos	105 914 388	100	107 459 129	100
Provisões Técnicas	69 169 894		69 934 781	
Empréstimo Subordinado	15 000 000		15 000 000	
Total Responsabilidades	84 169 894		84 934 781	
Rácio de Cobertura s/ Provisões Técnicas	153%		154%	
Rácio de Cobertura s/ Total Responsabilidades	126%		127%	

4.4. Resultado Líquido

O Resultado Técnico e a Actividade Financeira conduziram a um resultado líquido positivo de 469,6 milhares de euros, uma redução significativa face a 2008 decorrente do agravamento da sinistralidade do resseguro aceite e do decréscimo dos resultados da actividade financeira:

(Valores em Euros)

Resultados	2009	2008
Resultado Técnico	14 505 909	16 516 016
Custos por Natureza a Imputar	13 256 594	13 239 109
Resultado de Exploração	1 249 315	3 276 907
Proveitos não Afectos	929	28 812
Outros Encargos	459 085	941 617
Resultados Antes de Impostos	791 159	2 364 102
Imposto s/ Rendimento	321 532	695 324
Resultado Líquido	469 627	1 668 778

4.5. Capital Próprio

O Capital Próprio ascendeu a 26.994 milhares de euros, representando uma melhoria em cerca de 3,2 p.p. face a 2008, e declina-se da seguinte forma:

(Valores em Euros)

Capital Próprio	2009	2008
Capital	18 000 000	18 000 000
Reservas	8 505 681	6 465 828
Resultados Transitados	18 198	18 198
Resultado do Exercício	469 627	1 668 778
Total	26 993 506	26 152 804

A evolução verificada deveu-se, essencialmente, à reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros e à variação do resultado do exercício.

5. Perspectivas de Evolução

Tendo presente o contexto da Multicare, como a seguradora e resseguradora do Ramo Doença do Grupo Caixa Seguros e Saúde, as linhas de orientação e perspectivas de evolução da Companhia estarão, naturalmente, em linha com os objectivos estratégicos do Grupo, em particular com aqueles em que o seu contributo e participação possam ser efectivos:

1. Redução dos rácios de sinistralidade e de despesas gerais;
2. Optimização do capital com vista à sua compatibilização com o rating AA;
3. Reforço do desempenho da área técnica e conseqüente melhoria da oferta de produtos;
4. Optimização da gestão dos recursos humanos.

Nesta conformidade a Multicare considera que terá de prosseguir uma política de:

- Melhoria do processo de tarifação e subscrição de riscos;
- Melhoria dos mecanismos de controlo da rede de prestadores;
- Maior coordenação técnico-comercial;
- Melhoria da rentabilidade da carteira;

Face à actual conjuntura económica, a Multicare irá desenvolver os seus esforços para incrementar o crescimento e a rentabilidade do Ramo de Doença, mantendo como orientação permanente a melhoria da eficiência operacional, condições determinantes para a implementação de um processo de Gestão da Qualidade, factor critico de sucesso na diferenciação das empresas na área da Saúde.

6. Proposta de Aplicação de Resultados

O Resultado Líquido é positivo e de € 469.627,78 (Quatrocentos e sessenta e nove mil, seiscentos e vinte e sete euros e setenta e oito cêntimos).

De acordo com os Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração vem propor à Assembleia Geral a seguinte aplicação:

Reserva Legal (10%)	€ 50 000,00
Remanescente à disposição da Assembleia Geral	€ 419 627,78
Total	€ 469 627,78

7. Considerações Finais

Conforme disposto no artigo 21 do D.L. n.º 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que não existem dívidas em mora perante a Segurança Social.

Ao concluir o presente Relatório, o Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todos aqueles que contribuíram para a actividade da Companhia, salientando particularmente:

- O Conselho Fiscal, pelo interesse e empenho colocados no acompanhamento e controlo da actividade da Companhia;
- O Accionista, pelo apoio prestado ao desenvolvimento da actividade da Companhia;
- Os Colaboradores, pelo empenho e competência demonstrado ao longo do exercício;
- Os Clientes, pela preferência com que distinguiram a Multicare e pelo estímulo à permanente melhoria das suas realizações.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2010

O Conselho de Administração

Armando António Poço Pires – Presidente

José Manuel Alvarez Quintero – Vogal

Carlos Vaz de Macedo Cunha Coutinho – Vogal

Rogério Miguel Antunes Campos Henriques – Vogal

Maria João Carço Honório Paulino Sales Luis – Vogal

Anexo ao Relatório de Gestão a que se Refere o Artigo 448º, do Código das Sociedades Comerciais

À data do encerramento do exercício de 2009, encontrava-se na situação prevista no artigo 448º, do Código das Sociedades Comerciais a CAIXA SEGUROS E SAÚDE – SGPS, S.A., titular de 3.600.000 de acções representativas de 100% do capital social e dos direitos de voto da Multicare - Seguros de Saúde, S.A.

O Conselho de Administração

2. Demonstrações Financeiras

Balancos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

(Valores em Euros)

BALANÇO	Notas	2009			2008
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
ACTIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3 e 6	5 351 989	-	5 351 989	8 608 337
Activos disponíveis para venda	4 (anexo 1)	36 324 814	-	36 324 814	33 392 121
Empréstimos e contas a receber	6	68 445 273	-	68 445 273	68 469 682
Depósitos junto de empresas cedentes	5	67 645 260	-	67 645 260	68 469 682
Outros depósitos	5	800 013	-	800 013	-
Outros activos tangíveis	6 e 7	704 705	(286 441)	418 264	400 414
Outros activos intangíveis	8	619 419	(329 103)	290 316	368 920
Provisões técnicas de resseguro cedido		312 649	-	312 649	317 131
Provisão para prémios não adquiridos	9	312 649	-	312 649	317 131
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		3 496 920	(15 125)	3 481 795	3 498 312
Contas a receber por operações de seguro directo	10	589	-	589	1 077 595
Contas a receber por outras operações de resseguro	10	1 711 190	-	1 711 190	2 184 403
Contas a receber por outras operações	10 e 27	1 785 141	(15 125)	1 770 016	236 314
Activos por impostos		166 763	-	166 763	685 473
Activos por impostos diferidos	11	166 763	-	166 763	685 473
Acréscimos e diferimentos	12	108 316	-	108 316	49 008
TOTAL ACTIVO		115 530 848	(630 669)	114 900 179	115 789 398

Balanças em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

(Valores em Euros)

BALANÇO	Notas	2009	2008
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
PASSIVO			
Provisões técnicas		69 169 895	69 934 781
Provisão para prémios não adquiridos	13	24 000 395	23 243 198
Provisão para sinistros		44 715 072	45 658 371
De outros ramos	13 (anexo 2)	44 715 072	45 658 371
Provisão para riscos em curso	13	454 428	1 033 212
Outros passivos financeiros		15 000 000	15 000 000
Passivos subordinados	14	15 000 000	15 000 000
Outros credores por operações de seguros e outras operações		1 239 733	1 593 642
Contas a pagar por operações de seguro directo	15	64 587	887 442
Contas a pagar por outras operações de resseguro	15	53 260	223 640
Contas a pagar por outras operações	15	1 121 886	482 560
Passivos por impostos		333 612	894 968
Passivos por impostos correntes	11	333 612	892 772
Passivos por impostos diferidos	11	-	2 196
Acréscimos e diferimentos	16	2 163 433	2 213 203
TOTAL PASSIVO		87 906 673	89 636 594
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	17	18 000 000	18 000 000
Reservas de reavaliação		(476 469)	(2 286 635)
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	18	(476 469)	(2 286 635)
Reserva por impostos diferidos	18	106 820	545 911
Outras reservas	18	8 875 330	8 206 552
Resultados transitados	18	18 198	18 198
Resultado do exercício	18	469 627	1 668 778
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		26 993 506	26 152 804
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		114 900 179	115 789 398

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2010

**O Director de Contabilidade
e Informação Financeira**

Carlos F. Tomé Silva Westerman

O Técnico Oficial de Contas

Carlos F. Tomé Silva Westerman

O Conselho de AdministraçãoArmando António do Poço Pires
Presidente

Carlos Vaz de Macedo da Cunha Coutinho

Rogério Miguel Campos Henriques

José Manuel Alvarez Quintero

Maria João Caroço Honório Paulino de Sales Luís

Contas de Ganhos e Perdas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

(Valores em Euros)

Contas de Ganhos e Perdas	Notas	2009			2008
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro		167 203 115	-	167 203 115	165 223 602
Prémios brutos emitidos	19 (anexo 4)	168 288 173	-	168 288 173	166 665 598
Prémios de resseguro cedido	19 (anexo 4)	(648 638)	-	(648 638)	(630 432)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	13 e 19 (anexo 4)	(431 938)	-	(431 938)	(975 776)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	19 (anexo 4)	(4 482)	-	(4 482)	164 212
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		(159 450 188)	-	(159 450 188)	(152 833 070)
Montantes pagos		(160 393 488)	-	(160 393 488)	(153 254 592)
Montantes brutos	20 (anexo 3)	(160 393 488)	-	(160 393 488)	(153 254 592)
Provisão para sinistros (variação)		943 300	-	943 300	421 522
Montante bruto	20 (anexo 3)	943 300	-	943 300	421 522
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	13	578 784	-	578 784	(1 033 212)
Custos e gastos de exploração líquidos		(10 577 085)	-	(10 577 085)	(13 478 636)
Custos de aquisição	21 (anexo 4)	(7 609 014)	-	(7 609 014)	(10 457 519)
Custos de aquisição diferidos (variação)	13 (anexo 4)	(325 259)	-	(325 259)	627 174
Gastos administrativos	21 (anexo 4)	(2 756 247)	-	(2 756 247)	(3 648 291)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(anexo 4)	113 435	-	113 435	-
Rendimentos		3 535 809	929	3 536 738	5 466 281
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	23	3 535 809	929	3 536 738	5 466 281
Gastos financeiros		(30 744)	(10 376)	(41 120)	(39 243)
Outros	21 e 24	(30 744)	(10 376)	(41 120)	(39 243)
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		359 994	-	359 994	(403 711)
De activos disponíveis para venda	25	359 994	-	359 994	(403 711)
Diferenças de câmbio	26	19 271	-	19 271	3 329
Perdas de imparidade (líquidas reversão)		(497 134)	(15 125)	(512 259)	(493 750)
De activos disponíveis para venda	27	(497 134)	-	(497 134)	(493 750)
De outros	27	-	(15 125)	(15 125)	-
Outros rendimentos/gastos	28	-	(326 091)	(326 091)	(47 488)
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		1 141 822	(350 663)	791 159	2 364 102
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	11	-	(244 109)	(244 109)	(826 090)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	11	-	(77 423)	(77 423)	130 766
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		1 141 822	(672 195)	469 627	1 668 778

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2010

O Director de Contabilidade e Informação Financeira

Carlos F. Tomé Silva Westerman

O Técnico Oficial de Contas

Carlos F. Tomé Silva Westerman

O Conselho de Administração

Armando António do Poço Pires
Presidente

Carlos Vaz de Macedo da Cunha Coutinho

Rogério Miguel Campos Henriques

José Manuel Alvarez Quintero

Maria João Carço Honório Paulino de Sales Luís

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

(Valores em Euros)

	2009	2008
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Fluxos operacionais antes das variações nos activos e passivos:		
Prémios recebidos, líquidos de resseguro	167 639 536	166 035 166
Sinistros pagos, líquidos de resseguro	(154 263 540)	(147 691 519)
Comissões de contratos de seguro, de investimento e de prestação de serviços líquidas	(3 166 301)	(6 469 116)
Resultados cambiais	19 271	3 330
Pagamentos a empregados e fornecedores	(12 741 927)	(11 468 838)
Outros	(359 499)	(68 074)
	(2 872 460)	340 949
(Aumentos) / diminuições nos activos operacionais		
Devedores por operações de seguro directo e resseguro	1 550 219	1 842 408
Devedores por outras operações	(1 548 827)	(148 299)
	1 393	1 694 109
Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais		
Credores por operações de seguro directo e resseguro	(993 236)	885 860
Credores por outras operações	639 325	(299 508)
Outros passivos	4 529	5 317
	(349 381)	591 669
Caixa líquida das actividades operacionais antes de impostos	(3 220 448)	2 626 727
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(807 798)	(373 604)
Caixa líquida das actividades operacionais	(4 028 246)	2 253 123
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Recebimentos resultantes da venda ou reembolso de:		
Activos financeiros disponíveis para venda	11 365 256	2 290 996
Activos tangíveis e intangíveis	-	140 750
Rendimentos de activos financeiros	3 585 409	5 930 920
	14 950 665	8 362 666
Pagamentos resultantes da aquisição ou originação de:		
Activos financeiros disponíveis para venda	(12 649 186)	(2 095 213)
Activos tangíveis e intangíveis	(234 620)	(576 535)
	(12 883 806)	(2 671 748)
Caixa líquida das actividades de investimento	2 066 859	5 690 918
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Juros de passivos subordinados	(294 961)	(882 116)
Distribuição de Dividendos	(1 000 000)	-
Caixa líquida das actividades de financiamento	(1 294 961)	(882 116)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(3 256 348)	7 061 925
Caixa e seus equivalentes no início do período	8 608 337	1 546 412
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5 351 989	8 608 337
	(3 256 348)	7 061 925

Demonstração de Variações do Capital Próprio nos Exercícios de 2009 e 2008

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

(Valores em Euros)

	Capital Social	Reservas Reavaliação	Reservas de Impostos Diferidos	Reserva legal	Outras Reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
					Prémios de emissão	Outras reservas			
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	18 000 000	(288 406)	74 469	-	7 200 000	-	-	1 024 750	26 010 813
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	(1 998 229)	471 442	-	-	-	-	-	(1 526 787)
Aplicação do resultado	-	-	-	100 655	-	905 897	18 198	(1 024 750)	-
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	1 668 778	1 668 778
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	18 000 000	(2 286 635)	545 911	100 655	7 200 000	905 897	18 198	1 668 778	26 152 804
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	1 810 166	(439 091)	-	-	-	-	-	1 371 075
Aplicação do resultado	-	-	-	200 000	-	468 778	1 000 000	(1 668 778)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	-	(1 000 000)	-	(1 000 000)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	469 627	469 627
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	18 000 000	(476 469)	106 820	300 655	7 200 000	1 374 675	18 198	469 627	26 993 506

Demonstração do Rendimento Integral para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

(Valores em Euros)

	2009	2008
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	469 627	1 668 778
Variação em valias potenciais de activos financeiros disponíveis para venda	1 810 166	(1 998 229)
Imposto diferido	(439 091)	471 442
RENDIMENTO RECONHECIDO DIRECTAMENTE NO CAPITAL PRÓPRIO	1 371 075	(1 526 787)
TOTAL DOS RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO	1 840 702	141 991

3.

Anexo às Demonstrações Financeiras

Exercício de 2009

1. Nota Introdutória

A Multicare – Seguros de Saúde, S.A. (“Multicare” ou “Companhia”) é uma sociedade anónima constituída em Portugal em 13 de Março de 2007. A Companhia tem por objecto social o exercício da actividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda actividades conexas com as de seguros e de resseguros.

A Companhia é a subsidiária da Caixa Seguros e Saúde, SGPS S.A. vocacionada para a gestão de seguros de saúde, para o que possui uma rede convencionada de prestadores de cuidados de saúde. Durante o ano de 2007 foram celebrados tratados de resseguro aceite com a Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A. e com a Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A., através dos quais a Companhia passou a assegurar a gestão das carteiras destas entidades com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2007.

As demonstrações financeiras da Multicare em 31 de Dezembro de 2009 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de Fevereiro de 2010. Estas demonstrações financeiras estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009 foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCEs), aprovado pela Norma nº 4/2007-R, de 27 de Abril, com as alterações introduzidas pela Norma nº 20/2007-R, de 31 de Dezembro, do Instituto de Seguros de Portugal (ISP), e as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

O normativo consagrado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, excepto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adoptados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

2.2. Conversão de Saldos e Transacções em Moeda Estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas.

Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor. Os activos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os activos não monetários registados ao custo histórico, incluindo activos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor, tal como acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

2.3. Instrumentos Financeiros

a) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor. No caso de activos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos directamente atribuíveis à transacção são registados na rubrica "Encargos com serviços e comissões". Nas restantes situações, estes custos são acrescidos ao valor do activo. Quando do reconhecimento inicial estes activos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

- Activos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e
- Activos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados ("Fair Value Option"). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adopção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:

- Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração (“accounting mismatch”) que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar activos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
- Grupos de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas, e a informação sobre os mesmos seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.

Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:

- Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;
- Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efectuada.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício, na rubrica “Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”.

ii) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui depósitos junto de empresas cedentes, empréstimos concedidos, depósitos em instituições de crédito e ainda valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens, registados em “Outros devedores por operações de seguros e outras operações”.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva.

iii) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros aqui registados quando do reconhecimento inicial:

- Títulos de rendimento variável não classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com carácter de estabilidade;

- Obrigações e outros instrumentos de dívida aqui classificados no reconhecimento inicial;
- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, na "Reserva de justo valor". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de "Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas" ou "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)", respectivamente.

Para determinação dos resultados na venda, os activos vendidos são valorizados pelo custo médio de aquisição.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efectiva, sendo reconhecidos em "Rendimentos", da demonstração de ganhos e perdas.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos", quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros registados nas categorias de Activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas e Activos financeiros disponíveis para venda são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor de activos financeiros é determinado por um órgão independente da função de negociação, com base em:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:

- Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transacções recentes;
 - Cotações indicativas (bid prices) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers;
 - Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.
- Os restantes instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade (por exemplo, pela inexistência de transacções recentes) são mantidos ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa. Estes passivos encontram-se registados pelo justo valor, sendo os ganhos ou perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de “Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”.

ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui passivos subordinados, depósitos recebidos de resseguradores e ainda passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em “Outros credores por operações de seguros e outras operações”.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

c) Imparidade de activos financeiros

Activos financeiros ao custo amortizado

A Companhia efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente empréstimos e contas a receber.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, nas rubricas “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)” e “Outros rendimentos/gastos – Ajustamentos do exercício”, sendo reflectido em balanço como uma dedução ao valor do activo a que respeita.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.3. a), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas em capital próprio, na rubrica “Reservas de reavaliação”.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”.

Para além dos indícios de imparidade relativos a activos financeiros registados ao custo amortizado, são ainda considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital:

- i) Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indiquem que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- ii) Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada pela Companhia uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos activos em avaliação.

Para além dos resultados desta análise, os eventos seguidamente apresentados foram considerados como indicativos de evidência objectiva de imparidade em instrumentos de capital:

- Existência de menos-valias potenciais superiores a 50%, face ao respectivo valor de aquisição;
- Situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantenha abaixo do respectivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 24 meses.

Adicionalmente, foi ainda considerada como evidência objectiva de imparidade a existência de menos-valias potenciais superiores a 30% que se tenham mantido por mais de nove meses.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na “Reserva de justo valor”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, a Companhia efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem igualmente ser revertidas.

2.4. Outros Activos Tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período durante o qual se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de Vida Útil
Mobiliário e material	2 - 12
Máquinas e ferramentas	4 - 10
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8 - 10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	4 - 10

As amortizações são registadas em gastos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

A Companhia avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis.

2.5. Locação Financeira

Os activos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor em “Outros activos tangíveis” e no passivo, processando-se as respectivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em gastos do exercício.

2.6. Activos Intangíveis

Esta rubrica inclui os custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades da Companhia.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 a 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

2.7. Impostos Sobre Lucros

A Multicare encontra-se sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC).

A Companhia é detida a 100% pela Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., sendo tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) segundo o regime especial de tributação dos grupos de sociedades previsto no artigo 63º e seguintes do respectivo código.

O lucro tributável do grupo do qual a Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. é a sociedade dominante é calculado pela soma algébrica dos lucros tributáveis e dos prejuízos fiscais apurados individualmente, corrigido da parte dos lucros distribuídos entre as sociedades do grupo que se encontre incluída nas bases tributáveis individuais.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, bem como de ajustamentos de valor para efeitos de apuramento das valias tributáveis.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos activos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível da Companhia correspondem a imparidades temporariamente não aceites fiscalmente e a mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

Na sequência da adopção do novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros, aplicável a partir do exercício de 2008, tornou-se necessário adaptar as regras de determinação do lucro tributável, em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (“IRC”), à nova regulamentação contabilística aplicável ao sector segurador, tendo sido publicado o regime fiscal transitório através do Decreto-lei n.º 237/2008, de 15 de Dezembro.

Neste âmbito, por força da aplicação do novo diploma para efeitos de determinação do lucro tributável, a partir de 1 de Janeiro de 2008 é revogado o artigo 79-A.º do Código do IRC e consagrada uma regra ao abrigo da qual os efeitos nos capitais próprios, que sejam considerados fiscalmente relevantes decorrentes da aplicação do novo PCEs, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável correspondente ao exercício iniciado em 2008 e aos quatro exercícios subsequentes.

2.8. Provisões e Passivos Contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.9. Contratos de Seguro e Contratos de Investimento

a) Classificação de contratos

O registo das transacções associadas aos contratos de seguro e resseguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pela Companhia é efectuado de acordo com o normativo do Instituto de Seguros de Portugal. No âmbito da transição para o novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros, foram incorporados neste normativo os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela norma IFRS 4 – “Contratos de seguro”, no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos do IAS 39.

b) Reconhecimento de proveitos e custos

Os prémios de contratos de seguro não vida são registados quando devidos, na rubrica “Prémios adquiridos líquidos de resseguro”, da demonstração de ganhos e perdas.

Estes prémios, bem como os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

c) Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro não vida imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere. É calculada, para cada contrato em vigor, através da aplicação do método "Pró-rata temporis" aos respectivos prémios brutos emitidos.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e reflectidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos.

De acordo com o previsto pelas normas do ISP, os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico não podem ultrapassar 20% dos respectivos prémios diferidos.

d) Provisão para sinistros

Regista o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que actualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR. As provisões para sinistros registadas pela Companhia não são descontadas.

A provisão para sinistros é calculada caso a caso pelo seu gestor e revista sempre que chegue nova informação através de relatórios técnicos especializados.

A análise à suficiência das provisões é avaliada/validada pelo actuário responsável ao longo do ano, o qual elabora um relatório específico no final do exercício.

As análises realizadas contemplam responsabilidades directas com os segurados (sinistros declarados ou não), e ainda encargos a pagar no futuro.

e) Provisão para riscos em curso

É calculada para todos os seguros não vida e destina-se a fazer face às situações em que os prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras

não sejam suficientes para pagar as indemnizações e despesas imputáveis aos respectivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pelo ISP.

f) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro directo, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

g) Imparidade de saldos devedores relacionados com contratos de seguro e de resseguro

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras a Companhia avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos activos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respectivos activos é reduzido por contrapartida da demonstração de ganhos e perdas do exercício, sendo o custo reflectido na rubrica "Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações".

2.10. Comissões

Conforme referido na Nota 2.3., as comissões relacionadas com instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na origem das operações, são incluídas no custo amortizado e reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas ao longo da operação, pelo método da taxa efectiva.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se respeitarem a compensação pela execução de actos únicos.

2.11. Benefícios dos Empregados

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 a Companhia não tem quaisquer responsabilidades com pensões de reforma ou com outros benefícios de longo prazo atribuídos aos seus empregados.

2.12. Caixa e Seus Equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, a Companhia considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem".

2.13. Estimativas Contabilísticas Críticas e Aspectos Julgamentais mais Relevantes na Aplicação das Políticas Contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Multicare – Seguros de Saúde, S.A.. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda

As perdas por imparidade em activos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.3. c). Deste modo, a determinação da imparidade em activos disponíveis para venda tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efectuada pela Multicare com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

A Multicare considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de activos disponíveis para venda, tendo em conta as regras definidas pelo IAS 39.

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, a Companhia valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.3. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Determinação dos passivos por contratos de seguros

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efectuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.9. acima. Estes passivos reflectem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas da Companhia, efectuada com base em pressupostos actuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no sector.

Face à natureza da actividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjectividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efectuadas.

No entanto, a Companhia considera que os passivos por contratos de seguros reflectidos nas contas reflectem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Multicare – Seguros de Saúde, S.A. sobre o correcto enquadramento das suas operações, o qual é, no entanto, susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

3. Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2009	2008
Depósitos à ordem		
No País		
Afectos	1 009 469	5 555 677
Não afectos	4 207 688	3 011 011
No estrangeiro		
Afectos	134 832	41 649
	5 351 989	8 608 337

4. Activos Financeiros Disponíveis Para Venda

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2009						
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada (Nota 27)	Valor líquido	Reserva de Justo valor (Nota 18)	Valor de Balanço
Instrumentos de dívida							
De dívida pública							
De emissores nacionais	549 335	7 391	556 726	-	556 726	(1 700)	555 026
De emissores estrangeiros	7 312 501	155 457	7 467 958	-	7 467 958	(84 192)	7 383 766
De outros emissores							
De emissores nacionais	703 454	13 799	717 253	-	717 253	7 146	724 399
De emissores estrangeiros	24 857 585	285 488	25 143 073	-	25 143 073	(75 698)	25 067 375
	33 422 875	462 135	33 885 010	-	33 885 010	(154 444)	33 730 566
Instrumentos de capital							
Valorizados ao justo valor							
De emissores nacionais	88 619	-	88 619	(16 836)	71 783	(7 666)	64 117
De emissores estrangeiros	2 514 491	-	2 514 491	-	2 514 491	(173 499)	2 340 992
	2 603 110	-	2 603 110	(16 836)	2 586 274	(181 165)	2 405 109
Outros instrumentos							
Unidades de participação							
De residentes	329 999	-	329 999	-	329 999	(140 860)	189 139
	329 999	-	329 999	-	329 999	(140 860)	189 139
	36 355 984	462 135	36 818 119	(16 836)	36 801 283	(476 469)	36 324 814

(Valores em Euros)

	2008						
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada (Nota 27)	Valor líquido	Reserva de Justo valor (Nota 18)	Valor de Balanço
Instrumentos de dívida							
De dívida pública							
De emissores estrangeiros	8 904 243	222 833	9 127 076	-	9 127 076	247 952	9 375 028
De outros emissores							
De emissores estrangeiros	22 704 219	381 855	23 086 074	-	23 086 074	(1 573 615)	21 512 459
	31 608 462	604 688	32 213 150	-	32 213 150	(1 325 663)	30 887 487
Instrumentos de capital							
Valorizados ao justo valor							
De emissores nacionais	111 772	-	111 772	(16 836)	94 936	(41 057)	53 879
De emissores estrangeiros	3 500 128	-	3 500 128	(459 457)	3 040 671	(880 140)	2 160 531
	3 611 900	-	3 611 900	(476 293)	3 135 607	(921 197)	2 214 410
Outros instrumentos							
Unidades de participação							
De residentes	329 999	-	329 999	-	329 999	(39 775)	290 224
	329 999	-	329 999	-	329 999	(39 775)	290 224
	35 550 361	604 688	36 155 049	(476 293)	35 678 756	(2 286 635)	33 392 121

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica "Outros instrumentos" corresponde a investimentos em unidades de participação de fundos de investimento geridos por entidades do Grupo Caixa Geral de Depósitos.

5. Empréstimos e Contas a Receber

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2009	2008
Depósitos junto de empresas cedentes		
Fidelidade Mundial	48 296 462	43 947 095
Império Bonança	19 348 798	24 522 588
	67 645 260	68 469 682
Outros depósitos		
Depósitos a prazo	800 013	-
	68 445 273	68 469 682

Os depósitos junto de empresas cedentes correspondem a provisões retidas pelos cedentes no âmbito dos tratados de resseguro em vigor, sendo remunerados à taxa Euribor a 12 meses.

6. Afectação dos Investimentos e Outros Activos

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a afectação dos investimentos e outros activos pode ser resumida da seguinte forma:

(Valores em Euros)

	2009		
	Seguros não Vida	Não afectos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 144 301	4 207 688	5 351 989
Activos financeiros disponíveis para venda	36 324 814	-	36 324 814
Empréstimos concedidos e contas a receber	68 445 273	-	68 445 273
Outros activos tangíveis	-	418 264	418 264
	105 914 388	4 625 952	110 540 340

(Valores em Euros)

	2008		
	Seguros não Vida	Não afectos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	5 597 326	3 011 011	8 608 337
Activos financeiros disponíveis para venda	33 392 121	-	33 392 121
Empréstimos concedidos e contas a receber	68 469 682	-	68 469 682
Outros activos tangíveis	-	400 414	400 414
	107 459 129	3 411 425	110 870 554

7. Outros Activos Tangíveis

Nos exercícios de 2009 e 2008, o movimento nas rubricas de outros activos tangíveis foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2009							
	Saldos em 31.12.2008			Adições	Amortizações do exercício	Saldos em 31.12.2009		
	Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumulada				Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor Líquido
Equipamento								
Equipamento administrativo	181 934	43 378	1 168	33 471	183 102	76 848	106 254	
Máquinas e ferramentas	84 452	37 832	6 067	28 091	90 519	65 924	24 595	
Equipamento informático	62 659	45 971	130 824	27 173	193 483	73 144	120 339	
Instalações interiores	237 601	39 051	-	31 474	237 601	70 525	167 076	
	566 646	166 232	138 059	120 209	704 705	286 441	418 264	

(Valores em Euros)

	2008								
	Saldos em 31.12.2007				Alienações e abates líquidos		Saldos em 31.12.2008		
	Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Adições	Amortizações do exercício	Saldo Bruto	Amortizações e Imparidades	Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor Líquido
Equipamento									
Equipamento administrativo	168 471	6 011	13 463	37 367	-	-	181 934	43 378	138 556
Máquinas e ferramentas	79 812	6 004	4 640	31 828	-	-	84 452	37 832	46 620
Equipamento informático	42 888	10 219	19 771	35 752	-	-	62 659	45 971	16 688
Instalações interiores	237 601	5 579	-	33 472	-	-	237 601	39 051	198 550
Material de transporte	-	-	116 023	-	116 023	-	-	-	-
Equipamento em locação financeira	39 197	6 091	-	8 379	39 197	14 470	-	-	-
	567 969	33 904	153 897	146 798	155 220	14 470	566 646	166 232	400 414

8. Outros Activos Intangíveis

Nos exercícios de 2009 e 2008, o movimento nas rubricas de outros activos intangíveis foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2009						
	Saldos em 31.12.2008		Aquisições	Amortizações do exercício	Saldos em 31.12.2009		
	Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumulada			Valor Bruto	Amortização e Imparidade acumulada	Valor Líquido
Sistemas de tratamento automático de							
dados (software)	522 857	153 937	33 322	175 166	556 179	329 103	227 076
Activos intangíveis em curso	-	-	63 240	-	63 240	-	63 240
	522 857	153 937	96 562	175 166	619 419	329 103	290 316

(Valores em Euros)

	2008						
	Saldos em 31.12.2007		Aquisições	Amortizações do exercício	Saldos em 31.12.2008		
	Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumulada			Valor Bruto	Amortizações e Imparidade acumulada	Valor Líquido
Sistemas de tratamento automático de							
dados (software)	100 220	12 491	422 637	141 446	522 857	153 937	368 920
	100 220	12 491	422 637	141 446	522 857	153 937	368 920

Em 31 de Dezembro de 2009, os activos intangíveis em curso correspondem essencialmente a encargos com a implementação e desenvolvimento de aplicações informáticas de suporte ao negócio.

Durante o exercício de 2008 as aquisições de outros activos intangíveis referem-se essencialmente à compra de software de apoio à tesouraria e de optimização da facturação da rede de prestadores.

9. Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2009	2008
	Prémios diferidos	Prémios diferidos
Doença	312 649	317 131
	312 649	317 131

O movimento ocorrido nas provisões para prémios não adquiridos de resseguro cedido durante os exercícios de 2009 e 2008 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2009		
	Saldo Inicial	Responsabilidades originadas no período	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos			
Doença	317 131	(4 482)	312 649
	317 131	(4 482)	312 649

(Valores em Euros)

	2008		
	Saldo Inicial	Responsabilidades originadas no período	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos			
Doença	152 919	164 212	317 131
	152 919	164 212	317 131

10. Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 esta rubrica tem a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2009	2008
Contas a receber por operações de seguro directo:		
Tomadores de Seguros		
Contas de cobrança	589	1 077 595
	589	1 077 595
Contas a receber por outras operações de resseguro:		
Contas correntes de ressegurados	1 711 190	2 184 403
	1 711 190	2 184 403
Contas a receber por outras operações:		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	1 591 674	1 248
Adiantamentos ao pessoal	6 284	4 109
Outros	187 183	230 957
	1 785 141	236 314
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 27)	(15 125)	-
	1 770 016	236 314
	3 481 795	3 498 312

As operações sobre valores mobiliários a regularizar correspondem às vendas de títulos que se encontravam pendentes de liquidação financeira.

11. Imposto Sobre o Rendimento

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 eram os seguintes:

(Valores em Euros)

	2009	2008
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	(333 612)	(892 772)
Activos por impostos diferidos	166 763	685 473
Passivos por impostos diferidos	-	(2 196)
	166 763	683 277
Total	(166 849)	(209 495)

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos durante os exercícios de 2009 e 2008 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2009			
	Saldo inicial	Variação em		Saldo final
Capital Próprio		Resultados		
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	545 911	(439 091)	-	106 820
Provisões e Imparidade temporariamente não aceite fiscalmente	126 217	-	(89 859)	36 358
Outros	11 149	-	12 436	23 585
	683 277	(439 091)	(77 423)	166 763

(Valores em Euros)

	2008			
	Saldo inicial	Variação em		Saldo final
Capital Próprio		Resultados		
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	74 470	471 442	-	545 911
Provisões e Imparidade temporariamente não aceite fiscalmente	3 417	-	122 800	126 217
Outros	3 183	-	7 966	11 149
	81 070	471 442	130 766	683 277

Os custos com impostos sobre lucros registados em ganhos e perdas, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

(Valores em Euros)

	2009	2008
Impostos correntes		
Do exercício	244 109	826 090
Impostos diferidos	77 423	(130 766)
Total de impostos em resultados	321 532	695 324
Lucro antes de impostos	791 159	2 364 102
Carga fiscal	40,64%	29,41%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificada nos exercícios de 2009 e 2008 pode ser demonstrada como se segue:

(Valores em Euros)

	2009		2008	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		791 159		2 364 102
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,50%	209 657	26,50%	626 487
Diferenças definitivas a deduzir:				
Dividendos de instrumentos de capital	(0,09%)	(741)	(0,64%)	(15 147)
Diferenças definitivas a acrescentar:				
Provisões para custos não aceites para efeitos fiscais	0,25%	2 004	-	-
Menos valias líquidas e imparidades não dedutíveis	16,58%	131 201	2,00%	47 338
Outras	0,12%	927	0,51%	12 102
Benefícios fiscais:				
Criação líquida de postos de trabalho	(1,74%)	(13 750)	-	-
Outros	(0,16%)	(1 244)	(0,01%)	(119)
Tributação autónoma	3,03%	23 991	1,04%	24 585
Dupla tributação internacional	(1,47%)	(11 638)	-	-
Correcções de imposto relativas a exercícios anteriores	(2,19%)	(17 313)	-	-
Outros	(0,20%)	(1 562)	0,00%	78
	40,64%	321 532	29,41%	695 324

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, excepto quando tenham havido prejuízos fiscais. Contudo, nas situações em que tenham sido concedidos benefícios fiscais, se encontrem em curso inspecções, reclamações ou impugnações, os prazos são alargados ou suspensos, dependendo estes das circunstâncias.

Neste sentido, as declarações fiscais da Companhia dos anos de 2008 e 2009 ainda poderão ser sujeitas a revisão. Dada a natureza das eventuais correcções que poderão ser efectuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Multicare, não é previsível que qualquer correcção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

12. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 esta rubrica tem a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2009	2008
Gastos diferidos:		
Seguros	15 560	967
Assistência equipamento informático	30 412	5 851
Licenças de software	62 343	42 190
	108 316	49 008

13. Provisões Técnicas

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as provisões técnicas de seguro directo e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2009	2008
	Não Vida	Não Vida
Provisão para prémios não adquiridos	24 000 395	23 243 198
Provisão para sinistros:		
Sinistros declarados	30 863 349	32 999 843
Sinistros não declarados (IBNR)	13 851 723	12 658 528
	44 715 072	45 658 371
Provisão para riscos em curso	454 428	1 033 212
	69 169 895	69 934 781

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as provisões para prémios não adquiridos de seguro directo e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2009			2008		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Doença	25 261 891	(1 261 496)	24 000 395	24 829 953	(1 586 755)	23 243 198
	25 261 891	(1 261 496)	24 000 395	24 829 953	(1 586 755)	23 243 198

O movimento ocorrido nas provisões para prémios não adquiridos e nos custos de aquisição diferidos de seguro directo e resseguro aceite durante os exercícios de 2009 e 2008 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2009		
	Saldo Inicial	Responsabilidades originadas no período	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos:			
Doença	24 829 953	431 938	25 261 891
	24 829 953	431 938	25 261 891
Custos de aquisição diferidos:			
Doença	(1 586 755)	325 259	(1 261 496)
	(1 586 755)	325 259	(1 261 496)
	23 243 198	757 196	24 000 395

(Valores em Euros)

	2008		
	Saldo Inicial	Responsabilidades originadas no período	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos:			
Doença	23 854 177	975 776	24 829 953
	23 854 177	975 776	24 829 953
Custos de aquisição diferidos:			
Doença	(959 581)	(627 174)	(1 586 755)
	(959 581)	(627 174)	(1 586 755)
	22 894 596	348 602	23 243 198

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as provisões para sinistros de seguro directo e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2009	2008
Ramo doença:		
Sinistros declarados	29 162 989	31 391 215
Sinistros não declarados	13 851 723	12 658 528
Despesas de regularização de sinistros	1 700 360	1 608 628
	44 715 072	45 658 371

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros de seguro directo e resseguro aceite durante os exercícios de 2009 e 2008 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2009			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período (Nota 20)	Montantes pagos (Nota 20)	Saldo final
Seguros não vida:				
Doença	45 658 371	153 320 240	(154 263 540)	44 715 072

(Valores em Euros)

	2008			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período (Nota 20)	Montantes pagos (Nota 20)	Saldo final
Seguros não vida:				
Doença	46 079 893	147 269 899	(147 691 421)	45 658 371

As responsabilidades originadas no período e os montantes pagos não incluem os custos imputados à função de gestão de sinistros.

Os movimentos ocorridos nas provisões para riscos em curso de seguro directo e resseguro aceite durante os exercícios de 2009 e 2008 foram os seguintes:

(Valores em Euros)

	2009		
	Saldo Inicial	Dotações no período	Saldo final
Doença	1 033 212	(578 784)	454 428
	1 033 212	(578 784)	454 428

(Valores em Euros)

	2008		
	Saldo Inicial	Dotações no período	Saldo final
Doença	-	1 033 212	1 033 212
	-	1 033 212	1 033 212

14. Outros Passivos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo desta rubrica corresponde a um empréstimo subordinado concedido pela Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., o qual vence juros trimestralmente à taxa Euribor a três meses.

Este empréstimo não tem prazo de reembolso definido e cumpre as condições de subordinação para inclusão nos elementos constitutivos da margem de solvência estabelecidos pelo artº 96º do D.L. nº 94-B/98, de 17 de Abril.

15. Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 esta rubrica tem a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2009	2008
Contas a pagar por operações de seguro directo:		
Mediadores:		
Conta corrente	64 570	64 570
Tomadores de seguro:		
Estornos a Pagar	17	849
Co-seguradoras:		
Outros	-	822 023
	64 587	887 442
Contas a pagar por outras operações de resseguro:		
Contas correntes de resseguradores	53 260	205 205
Contas correntes de ressegurados	-	18 435
	53 260	223 640
Contas a pagar por outras operações:		
Outros credores:		
Fornecedores	453 399	151 129
Outros	668 487	331 431
	1 121 886	482 560
	1 239 733	1 593 642

16. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 esta rubrica tem a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2009	2008
Acréscimos de gastos:		
Facturas em conferência	1 044 969	1 200 012
Bónus a pagar ao pessoal	318 432	423 135
Férias e subsídio de férias a pagar	333 872	269 941
Encargos sobre remunerações	73 351	57 967
Juros a liquidar	-	51 113
Auditoria	66 842	51 000
Outros custos com pessoal	58 024	38 318
Outros	267 943	121 717
	2 163 433	2 213 203

17. Capital

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o capital da Multicare – Seguros de Saúde, S.A. é integralmente detido pela Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. estando representado por 3,6 milhões de acções com o valor nominal de 5 Euros cada e está integralmente realizado.

Durante os exercícios de 2009 e 2008 não ocorreu qualquer aumento de capital.

Os resultados dos exercícios de 2008 e 2007 foram aplicados conforme indicado:

	(Valores em Euros)	
	2008	2007
Aplicação de resultados do exercício:		
Reserva Legal	200 000	100 655
Reservas Livres	468 778	905 897
Dividendos	1 000 000	-
	1 668 778	1 006 552

18. Reservas, Resultados Transitados e Resultado do Exercício

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2009	2008
Reservas de reavaliação:		
Por ajustamentos no justo valor:		
De activos financeiros disponíveis para venda (Nota 4)	(476 469)	(2 286 635)
	(476 469)	(2 286 635)
Reserva por impostos diferidos:		
De activos financeiros disponíveis para venda	106 820	545 911
Reserva de reavaliação, líquida de impostos diferidos	(369 649)	(1 740 724)
Outras reservas e resultados transitados		
Reserva legal	300 655	100 655
Prémios de emissão	7 200 000	7 200 000
Outras reservas	1 374 675	905 898
	8 875 330	8 206 552
Resultados transitados	18 198	18 198
Resultado do exercício	469 627	1 668 778
	8 993 506	8 152 804

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 10% dos lucros líquidos de cada exercício deverá ser transferida para a reserva legal até à concorrência do capital. A reserva legal não pode ser distribuída, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para a cobertura de prejuízos acumulados.

As “Reservas de reavaliação” reflectem as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda.

19. Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2009 e 2008, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2009			2008		
	Seguro directo e Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro directo e Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Ramo não vida:						
Prémios brutos emitidos						
Doença	168 288 173	(648 638)	167 639 535	166 665 598	(630 432)	166 035 166
Variação da provisão para prémios não adquiridos:						
Doença	(431 938)	(4 482)	(436 420)	(975 776)	164 212	(811 564)
Prémios adquiridos:						
Doença	167 856 235	(653 120)	167 203 115	165 689 822	(466 220)	165 223 602

20. Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2009 e 2008, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2009			2008		
	Sinistros pagos	Varição da provisão para sinistros	Total	Sinistros pagos	Varição da provisão para sinistros	Total
Seguro directo e resseguro aceite						
Doença						
Custos directos (Nota 13)	154 263 540	(943 300)	153 320 240	147 691 421	(421 522)	147 269 899
Custos imputados	6 129 948	-	6 129 948	5 563 171	-	5 563 171
	160 393 488	(943 300)	159 450 188	153 254 592	(421 522)	152 833 070

21. Custos de Exploração Líquidos, por Natureza e Função

Nos exercícios de 2009 e 2008, os custos de exploração incorridos pela Multicare apresentam a seguinte composição por natureza:

(Valores em Euros)

	2009	2008
Gastos com pessoal (Nota 22)	6 389 748	5 962 699
Fornecimentos e serviços externos:		
Conservação e reparação	33 253	94 610
Rendas e alugueres	1 334 071	1 219 023
Gastos com trabalho independente	167 542	188 641
Publicidade e propaganda	340 460	795 687
Trabalhos especializados - call centers	1 581 434	1 657 780
Outros trabalhos especializados	1 909 747	1 659 786
Outros	927 707	632 809
	6 294 215	6 248 336
Impostos e taxas	9 296	4 129
Depreciações e amortizações do exercício	295 375	288 244
Encargos com comissões	23 842	15 984
Juros de passivos subordinados	243 848	719 146
Outros	270	571
	13 256 594	13 239 109

Nos exercícios de 2009 e 2008, as rubricas da demonstração de ganhos e perdas onde estes custos se encontram registados apresentam o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2009		
	Conta técnica não vida	Conta não técnica	Total
Custos de aquisição:			
Custos imputados	4 329 279	-	4 329 279
Comissões	3 279 735	-	3 279 735
	7 609 014	-	7 609 014
Gastos administrativos:			
Custos imputados	2 756 247	-	2 756 247
Gastos financeiros:			
Custos imputados (Nota 24)	30 744	10 376	41 120
Custos com sinistros - Montantes pagos (Nota 20):			
Custos imputados	6 129 948	-	6 129 948
Custos técnicos	154 263 540	-	154 263 540
	160 393 488	-	160 393 488
Total dos custos de exploração imputados	13 246 218	10 376	13 256 594

(Valores em Euros)

	2008		
	Conta técnica não vida	Conta não técnica	Total
Custos de aquisição:			
Custos imputados	3 988 403	-	3 988 403
Comissões	6 404 545	-	6 404 545
Outros	64 571	-	64 571
	10 457 519	-	10 457 519
Gastos administrativos:			
Custos imputados	3 648 291	-	3 648 291
Gastos financeiros:			
Custos imputados (Nota 24)	26 327	12 916	39 243
Custos com sinistros - Montantes pagos (Nota 20):			
Custos imputados	5 563 172	-	5 563 172
Custos técnicos	147 691 421	-	147 691 421
	153 254 593	-	153 254 593
Total dos custos de exploração imputados	13 226 193	12 916	13 239 109

22. Gastos com Pessoal

Nos exercícios de 2009 e 2008, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2009	2008
Remunerações de:		
Órgãos sociais	530 004	727 631
Pessoal	4 405 801	3 948 066
Encargos sobre remunerações	1 046 470	944 456
Benefícios pós-emprego	34 503	34 473
Seguros obrigatórios	69 070	73 867
Gastos de acção social	251 042	166 245
Formação	52 071	-
Outros gastos com o pessoal	788	67 961
	6 389 748	5 962 699

Em 2009 e 2008, o número médio de trabalhadores existente, por categorias, é o seguinte:

(Valores em Euros)

	2009	2008
Direcção	2	1
Chefias e gerência	11	11
Técnicos informáticos	6	7
Outros técnicos	13	12
Administrativos	65	54
Auxiliares	2	2
	99	87

Durante os exercícios de 2009 e 2008 foram atribuídas as seguintes remunerações aos membros dos órgãos sociais:

(Valores em Euros)

	2009	2008
Conselho de Administração:		
Remunerações	522 938	727 631
Encargos sociais	79 079	107 049
Conselho Fiscal:		
Remunerações	7 067	-
Encargos sociais	1 572	-
	610 656	834 680

23. Rendimentos

Nos exercícios de 2009 e 2008, as rubricas de rendimentos de investimentos, apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2009			2008		
	Juros	Dividendos	Total	Juros	Dividendos	Total
Investimentos afectos às provisões técnicas dos ramos não-vida:						
Activos financeiros disponíveis para venda	1 189 254	79 512	1 268 767	1 638 349	116 065	1 754 414
Empréstimos concedidos e contas a receber	2 238 210	-	2 238 210	3 541 795	-	3 541 795
Depósitos à ordem em instituições de crédito	28 833	-	28 833	141 259	-	141 259
	3 456 297	79 512	3 535 809	5 321 403	116 065	5 437 468
Investimentos não afectos:						
Empréstimos concedidos e contas a receber	929	-	929	28 812	-	28 813
	3 457 226	79 512	3 536 738	5 350 215	116 065	5 466 281

24. Gastos Financeiros

Nos exercícios de 2009 e 2008, as rubricas de gastos financeiros, apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2009			2008		
	Conta técnica não vida	Conta não técnica	Total	Conta técnica não vida	Conta não técnica	Total
Gastos de investimentos:						
Custos imputados (Nota 21)	30 744	10 376	41 120	26 327	12 916	39 243
	30 744	10 376	41 120	26 327	12 916	39 243

25. Ganhos Líquidos de Activos e Passivos Financeiros Não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Nos exercícios de 2009 e 2008, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2009			2008		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afectos às provisões técnicas dos ramos não-vida:						
Activos financeiros disponíveis para venda	846 842	(486 849)	359 994	21 635	(425 346)	(403 711)
	846 842	(486 849)	359 994	21 635	(425 346)	(403 711)

Os montantes registados nesta rubrica correspondem a mais e menos-valias realizadas na alienação de activos financeiros disponíveis para venda.

26. Diferenças de Câmbio

Nos exercícios de 2009 e 2008, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2009	2008
Investimentos afectos às provisões técnicas dos ramos não-vida:		
Activos financeiros disponíveis para venda	16 130	3 825
Depósitos à ordem em Instituições de Crédito	3 142	(496)
	19 271	3 329

27. Ajustamentos e Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão)

O movimento nas perdas por imparidade durante os exercícios de 2009 e 2008 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2009			
	Saldos em 31.12.2008	Reforços	Utilizações	Saldos em 31.12.2009
Imparidade de activos disponíveis para venda (Nota 4)				
Instrumentos de capital	476 293	497 134	(956 590)	16 836
Ajustamentos de crédito de cobranças duvidosas (Nota 10)	-	15 125	-	15 125
	476 293	512 259	(956 590)	31 961

(Valores em Euros)

	2008			
	Saldos em 31.12.2007	Reforços	Utilizações	Saldos em 31.12.2008
Imparidade de activos disponíveis para venda (Nota 4)				
Instrumentos de capital	12 895	493 750	(30 352)	476 293
	12 895	493 750	(30 352)	476 293

28. Outros Rendimentos/Gastos

Nos exercícios de 2009 e 2008, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2009	2008
Rendimentos e ganhos não correntes		
Outros rendimentos	88	-
Rendimentos e ganhos financeiros		
Outros rendimentos e ganhos financeiros	25 544	1 706
Ganhos em outros activos tangíveis	-	188
Outros Rendimentos não técnicos		
Regularização de saldos	90	-
Outros rendimentos não técnicos	19 955	-
	45 677	1 894
Gastos e perdas não correntes		
Mecenato	(2 750)	(2 250)
Multas e penalidades	(200)	(200)
Quotizações diversas	(15 000)	(370)
Outros gastos	(39 259)	(6 502)
	(57 209)	(9 322)
Gastos e perdas financeiras		
Juros suportados	(599)	-
Outros gastos e perdas financeiras	(313 960)	(14 110)
	(314 559)	(14 110)
Perdas em outros activos		
Perdas em activos intangíveis	-	(25 950)
	(371 768)	(49 382)
	(326 091)	(47 488)

29. Relato por Segmentos

Nos exercícios de 2009 e 2008, a totalidade da actividade da Companhia foi realizada em Portugal e é enquadrável no ramo doença.

(Valores em Euros)

	2009		
	Seguro Individual	Seguro Grupo	Total
Resultado			
Prémios Brutos	61 484 238	106 803 935	168 288 173
Prémios Adquiridos	61 581 336	106 274 898	167 856 235
Sinistralidade	(47 807 374)	(105 512 865)	(153 320 240)
Comissões e Remunerações de Aquisição	(17 257 958)	(720 112)	(17 978 070)
Prov Tecn, Part Result e Out Cust e Prov Tecnicos	9 692 792	5 259 068	14 951 860
Resultado de Resseguro	(437 605)	(102 080)	(539 685)
Rendimentos, Gastos e Valias Realizadas	1 247 928	2 665 069	3 912 997
Valias Não Realizadas e Imparidade	(149 827)	(344 301)	(494 128)
Custos por Natureza	(4 341 732)	(8 914 862)	(13 256 594)
Outros Custos e Proveitos	(111 541)	(229 675)	(341 216)
Imposto sobre Rendimento	(105 106)	(216 426)	(321 532)
	2 310 912	(1 841 285)	469 627
Activos			
Investimentos afectos a provisões tecnicas	37 041 730	68 872 658	105 914 388
Provisões Tecnicas de Resseguro Cedido	103 590	209 059	312 649
Ressegurados e Resseguradores	541 966	1 115 964	1 657 930
Outros Devedores e Credores	211 870	436 260	648 130
Activos Tangiveis e Intangiveis (liquido)	231 630	476 950	708 580
Acréscimos e Diferimentos	35 408	72 908	108 316
Disponibilidades	1 375 466	2 832 222	4 207 688
	39 541 660	74 016 021	113 557 681
Passivos			
Provisões p/ Prémios Não Adquiridos	8 247 579	15 752 816	24 000 395
Provisão para Sinistros	14 514 547	30 200 525	44 715 072
Outras Provisões Tecnicas	454 428	-	454 428
Tomadores, Mediadores e Coseguradoras	20 918	43 080	63 998
Impostos Tecnicos	853	1 722	2 575
Outros Impostos	53 700	110 574	164 274
Outros Passivos Financeiros	4 903 402	10 096 598	15 000 000
Acrescimos e diferimentos	707 212	1 456 221	2 163 433
	28 902 639	57 661 536	86 564 175
Total Segmentos			26 523 879
Capital Social, Reservas e Resultados Retidos			26 523 879

(Valores em Euros)

	2008		
	Seguro Individual	Seguro Grupo	Total
Doença			
Resultado			
Prémios Brutos	61 396 105	105 269 493	166 665 598
Prémios Adquiridos	60 971 529	104 718 293	165 689 822
Sinistralidade	(47 699 988)	(99 569 912)	(147 269 900)
Comissões e Remunerações de Aquisição	(13 091 536)	(5 187 811)	(18 279 347)
Prov Tecn, Part Result e Out Cust e Prov Tecnicos	8 215 540	3 188 653	11 404 194
Resultado de Resseguro	(336 408)	(129 811)	(466 220)
Rendimentos, Gastos e Valias Realizadas	1 510 747	3 554 242	5 064 989
Valias Não Realizadas e Imparidade	(142 134)	(350 705)	(492 839)
Custos por Natureza	(5 340 984)	(7 898 125)	(13 239 109)
Outros Custos e Proveitos	(13 238)	(34 250)	(47 488)
Imposto sobre Rendimento	(193 802)	(501 522)	(695 324)
	3 879 727	(2 210 949)	1 668 778
Activos			
Investimentos afectos a provisões tecnicas	38 983 061	68 476 069	107 459 129
Provisões Tecnicas de Resseguro Cedido	110 698	206 433	317 131
Tomadores, Mediadores e Coseguradoras	70 917	119 236	190 153
Ressegurados e Resseguradores	546 506	1 414 257	1 960 763
Activos Tangiveis e Intangiveis (liquido)	214 430	554 904	769 334
Acréscimos e Diferimentos	13 660	35 348	49 008
Disponibilidades	839 233	2 171 778	3 011 011
	40 778 504	72 978 025	113 756 529
Passivos			
Provisões p/ Prémios Não Adquiridos	6 917 315	16 325 883	23 243 198
Provisão para Sinistros	14 486 630	31 171 741	45 658 371
Outras Provisões Tecnicas	286 782	746 430	1 033 212
Outros Devedores e Credores	68 634	177 612	246 246
Impostos Tecnicos	886	1 653	2 539
Outros Impostos	57 683	149 273	206 956
Outros Passivos Financeiros	4 180 820	10 819 180	15 000 000
Acrescimos e diferimentos	616 867	1 596 336	2 213 203
	26 615 617	60 988 108	87 603 725
Total Segmentos			24 484 026
Capital Social, Reservas e Resultados Retidos			24 484 026

30. Entidades Relacionadas

São consideradas entidades relacionadas da Multicare, as empresas filiais e associadas do Grupo Caixa Geral de Depósitos e os respectivos Órgãos de Gestão.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 as demonstrações financeiras da Multicare incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os Órgãos de Gestão:

(Valores em Euros)

	2009						
	CAIXA SEGUROS	FIDELIDADE MUNDIAL	IMPÉRIO BONANÇA	CARES	VIA DIRECTA	FM SGII	EPS
ACTIVO							
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	312 649	-	-	-
Ressegurados c/c - Empresas do Grupo	-	1 000 280	710 910	-	-	-	-
Accionistas - Empresas do grupo	-	-	-	-	995	-	-
Devedores Diversos	-	-	-	-	-	-	3 792
Outros depósitos afectos	-	-	-	-	-	-	-
Depósito junto de cedentes	-	48 296 462	19 348 798	-	-	-	-
Depósito à ordem moeda nacional	-	-	-	-	-	-	-
Depósito à ordem moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-
PASSIVO							
Accionistas - Empresas do grupo	-	136 372	6 394	-	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos	-	19 910 400	5 351 491	-	-	-	-
Provisão para sinistros	-	28 386 063	13 997 307	-	-	-	-
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	-	-	-	44 040	-	-	-
Passivos por impostos correntes	261 422	-	-	-	-	-	-
Credores Diversos	-	-	-	7 686	-	11 990	46 702
Empréstimo subordinado	15 000 000	-	-	-	-	-	-
CUSTOS							
Prémios resseguro cedido	-	-	-	(627 316)	-	-	-
Custos com sinistros	-	(104 312 053)	(49 951 487)	-	-	-	-
Variação provisão prémios não adquiridos	-	(4 874 572)	4 442 212	8 245	-	-	-
Remuneração Mediação	-	(3 893 374)	613 639	-	-	-	-
Gastos com Pessoal	-	(1 315 584)	(2 163 000)	(22 633)	-	(38 756)	228
Fornecimentos e Serviços Externos	-	(6 938)	(31 621)	-	-	-	(869 653)
Juros Suportados	(243 848)	-	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-	-	-
Perdas por diferenças cambiais	-	-	-	-	-	-	-
PROVEITOS							
Prémios de seguro directo	-	1 050 317	-	-	-	-	-
Prémios de resseguro aceite	-	119 185 318	48 052 538	-	-	-	-
Comissões de resseguro cedido	-	-	-	113 434	-	-	-
Variação provisão sinistros resseguro aceite	-	525 204	731 578	-	-	-	-
Rendimentos de investimentos	-	1 451 261	786 936	-	-	-	-
Ganhos de activos e passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-

(Valores em Euros)

	2009			
	CARES RH	CGD	OUTROS	TOTAL
ACTIVO				
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	312 649
Ressegurados c/c - Empresas do Grupo	-	-	-	1 711 190
Accionistas - Empresas do grupo	-	-	-	995
Devedores Diversos	-	-	-	3 792
Outros depósitos afectos	-	800 013	-	800 013
Depósito junto de cedentes	-	-	-	67 645 260
Depósito à ordem moeda nacional	-	5 217 157	-	5 217 157
Depósito à ordem moeda estrangeira	-	134 832	-	134 832
PASSIVO				
Accionistas - Empresas do grupo	-	-	-	142 766
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	25 261 891
Provisão para sinistros	-	-	-	42 383 370
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	-	-	-	44 040
Passivos por impostos correntes	-	-	-	261 422
Credores Diversos	9 509	-	143 880	219 767
Empréstimo subordinado	-	-	-	15 000 000
CUSTOS				
Prémios resseguro cedido	-	-	-	(627 316)
Custos com sinistros	-	-	-	(154 263 540)
Variação provisão prémios não adquiridos	-	-	-	(424 115)
Remuneração Mediação	-	-	-	(3 279 735)
Gastos com Pessoal	(30 493)	(13 860)	-	(3 584 098)
Fornecimentos e Serviços Externos	-	(1 028 831)	(101 083)	(2 038 126)
Juros Suportados	-	(18)	-	(243 866)
Comissões	-	(82 058)	(10 376)	(92 434)
Perdas por diferenças cambiais	-	(61)	-	(61)
PROVEITOS				
Prémios de seguro directo	-	-	-	1 050 317
Prémios de resseguro aceite	-	-	-	167 237 856
Comissões de resseguro cedido	-	-	-	113 434
Variação provisão sinistros resseguro aceite	-	-	-	1 256 782
Rendimentos de investimentos	-	50 376	-	2 288 573
Ganhos de activos e passivos financeiros	-	32 250	-	32 250

(Valores em Euros)

	2008					
	CAIXA SEGUROS	FIDELIDADE MUNDIAL	IB SA	CARES	FM SGII	GEP
ACTIVO						
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	304 404	-	-
Tomadores de seguros	-	1 077 006	-	-	-	-
Ressegurados c/c - Empresas do Grupo	-	1 119 308	1 065 095	-	-	-
Devedores Diversos	-	470	-	-	-	-
Depósito junto de cedentes	-	43 947 095	24 522 587	-	-	-
Depósito à ordem moeda nacional	-	-	-	-	-	-
Depósito à ordem moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-
PASSIVO						
Provisão para prémios não adquiridos	-	14 394 964	8 847 838	-	-	-
Provisão para sinistros	-	28 911 267	14 728 885	-	-	-
Tomadores de seguros	-	832	-	-	-	-
Co-Seguradoras	-	822 023	-	-	-	-
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	-	-	-	205 206	-	-
Credores Diversos	-	2 674	323 911	-	4 005	-
Acréscimos de Gastos	51 113	-	-	-	-	-
Empréstimo subordinado	15 000 000	-	-	-	-	-
CUSTOS						
Prémios resseguro cedido do aceite	-	-	-	(608 987)	-	-
Custos com sinistros	-	(90 136 569)	(56 732 829)	-	-	-
Variação provisão sinistros resseguro aceite	-	(2 459 164)	-	-	-	-
Variação provisões técnicas resseguro aceite	-	(2 929 522)	-	-	-	-
Remuneração Mediação	-	(1 934 386)	(4 470 160)	-	-	-
Gastos com pessoal	-	(1 733 970)	(1 706 120)	-	(47 253)	-
Fornecimentos e Serviços Externos	-	(8 824)	(33 833)	-	-	(3 673)
Juros Suportados	(719 146)	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-	-
Custos e Perdas Financ. - Serviços Bancários	-	-	-	-	-	-
Perdas em Investimentos - Depósitos em IC's a prazo	-	-	-	-	-	-
PROVEITOS						
Prémios de resseguro aceite	-	104 405 949	61 182 935	-	-	-
Variação provisão sinistros resseguro aceite	-	-	3 398 905	-	-	-
Variação provisões técnicas resseguro aceite	-	-	1 953 266	-	-	-
Variação provisões técnicas resseguro cedido	-	-	-	151 485	-	-
Rend. Invest. - Depósito junto de cedentes	-	2 078 686	1 463 110	-	-	-
Rend. Invest. - Dep. Ordem	-	-	-	-	-	-

(Valores em Euros)

	2008			
	EPS	CGD	OUTROS	TOTAL
ACTIVO				
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	304 404
Tomadores de seguros	-	-	-	1 077 006
Ressegurados c/c - Empresas do Grupo	-	-	-	2 184 403
Devedores Diversos	77 047	-	85	77 687
Depósito junto de cedentes	-	-	-	68 469 682
Depósito à ordem moeda nacional	-	8 566 688	-	8 566 688
Depósito à ordem moeda estrangeira	-	41 649	-	41 649
PASSIVO				
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	23 242 802
Provisão para sinistros	-	-	-	43 640 152
Tomadores de seguros	-	-	-	832
Co-Seguradoras	-	-	-	822 023
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	-	-	-	205 206
Credeiros Diversos	-	-	2 750	333 340
Acréscimos de Gastos	-	-	-	51 113
Empréstimo subordinado	-	-	-	15 000 000
CUSTOS				
Prémios resseguro cedido do aceite	-	-	-	(608 987)
Custos com sinistros	-	-	-	(146 869 398)
Variação provisão sinistros resseguro aceite	-	-	-	(2 459 164)
Variação provisões técnicas resseguro aceite	-	-	-	(2 929 522)
Remuneração Mediação	-	-	-	(6 404 546)
Gastos com pessoal	77 047	-	-	(3 410 296)
Fornecimentos e Serviços Externos	(994 063)	(1 004 153)	(230 378)	(2 274 924)
Juros Suportados	-	(3)	(566)	(719 715)
Comissões	-	(8 115)	(3 125)	(11 240)
Custos e Perdas Financ. - Serviços Bancários	-	(13 999)	(727)	(14 726)
Perdas em Investimentos - Depósitos em IC's a prazo	-	(50 457)	-	(50 457)
PROVEITOS				
Prémios de resseguro aceite	-	-	-	165 588 884
Variação provisão sinistros resseguro aceite	-	-	-	3 398 905
Variação provisões técnicas resseguro aceite	-	-	-	1 953 266
Variação provisões técnicas resseguro cedido	-	-	-	151 485
Rend. Invest - Depósito junto de cedentes	-	28 812	-	3 570 608
Rend. Invest - Dep. Ordem	-	191 220	-	191 220

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

Remuneração dos Órgãos Sociais

A Comissão de remunerações é responsável pela aprovação da remuneração dos membros dos Órgãos Sociais, de acordo com critérios estabelecidos pelo accionista.

A remuneração dos administradores executivos inclui uma componente fixa mensal, abonada catorze vezes por ano e uma componente variável anual, estabelecida em função do resultado da companhia e do desempenho do Conselho de Administração.

Em 2008 e 2009, as remunerações e benefícios atribuídos aos membros dos Órgãos Sociais têm a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	Remuneração				Outros Benefícios		Encargos com Benefícios Sociais			
	Remuneração fixa		Remuneração variável		Subsídio de refeição		Seguros de saúde		Seguros de vida	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Conselho de Administração										
Presidente										
Armando Antonio Poço Pires	214 130	214 130	75 000	45 000	2 313	2 097	-	-	-	254
Vogais										
Carlos Vaz de Macedo da										
Cunha Coutinho	141 357	143 455	30 000	15 000	2 313	2 160	1 798	1 795	-	136
Maria João Carço Honorio										
Paulino de Sales Luis	32 030	129 884	-	19 000	578	2 187	848	2 962	17	75
Rogério Miguel Campos Henriques	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
José Manuel Alvarez Quintero	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
António Sancho Amaral	-	7 650	-	-	-	-	-	-	-	83
Jose Maria Bento	122 337	-	37 500	-	1 927	-	718	-	1 051	-
Jose Manuel Coelho Martins	90 472	-	20 500	-	1 927	-	717	-	776	-
Conselho Fiscal										
Presidente										
Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	-	2 533	-	-	-	-	-	-	-	-
Vogais										
João Filipe Gonçalves Pinto	-	2 267	-	-	-	-	-	-	-	-
Luis Augusto Máximo Santos	-	2 267	-	-	-	-	-	-	-	-

31. Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros

Balanço

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

(Valores em Euros)

	2009		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Valor balanço
Activo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	5 351 989	5 351 989
Activos disponíveis para venda	36 324 814	-	36 324 814
Empréstimos e contas a receber	-	68 445 273	68 445 273
Outros devedores	-	1 711 779	1 711 779
	36 324 814	75 509 041	111 833 855
Passivo			
Passivos subordinados	-	15 000 000	15 000 000
Outros credores	-	117 847	117 847
	-	15 117 847	15 117 847

(Valores em Euros)

	2008		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Valor balanço
Activo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	8 608 337	8 608 337
Activos disponíveis para venda	33 392 121	-	33 392 121
Empréstimos e contas a receber	-	68 469 682	68 469 682
Outros devedores	-	3 261 998	3 261 998
	33 392 121	80 340 017	113 732 138
Passivo			
Passivos subordinados	-	15 000 000	15 000 000
Outros credores	-	1 111 083	1 111 083
	-	16 111 083	16 111 083

O montante considerado nas rubricas de “Outros devedores” e “Outros credores” corresponde essencialmente aos saldos a receber de e a pagar a segurados, resseguradores, ressegurados, mediadores, agentes e outras entidades externas.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, não ocorreram movimentos de reclassificação de activos financeiros.

Demonstração dos Resultados

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os ganhos e perdas líquidas em instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2009			2008		
	resultados	Por contrapartida capitais próprios	total	resultados	Por contrapartida capitais próprios	total
Rendimentos de activos e passivos						
financeiros não valorizados ao justo valor						
por via de ganhos e perdas:						
Activos financeiros disponíveis para venda	1 268 767	-	1 268 767	1 754 414	-	1 754 414
Empréstimos concedidos e contas a receber	2 239 139	-	2 239 139	3 570 607	-	3 570 607
Depósitos à ordem em instituições de crédito	28 833	-	28 833	141 259	-	141 259
Ganhos líquidos de activos e passivos						
financeiros não valorizados ao justo valor						
através de ganhos e perdas:						
de activos disponíveis para venda	359 994	1 810 166	2 170 160	(403 711)	(1 998 229)	(2 401 940)
Diferenças de câmbio	19 271	-	19 271	3 329	-	3 329
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)						
de activos disponíveis para venda	(497 134)	-	(497 134)	(493 750)	-	(493 750)
Juros de passivos subordinados	(243 848)	-	(243 848)	(719 146)	-	(719 146)
	3 175 021	1 810 166	4 985 187	3 853 002	(1 998 229)	1 854 773

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os rendimentos e gastos com juros, apurados de acordo com o método da taxa efectiva, referentes a activos não registados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2009	2008
Activo		
Activos disponíveis para venda	1 189 254	1 638 349
Empréstimos concedidos e contas a receber	2 239 139	3 570 607
Depósitos à ordem em instituições de crédito	28 833	141 259
	3 457 226	5 350 215
Passivo		
Passivos subordinados	243 848	719 146
	243 848	719 146

Outras Divulgações

Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros reflectidos nas demonstrações financeiras da Companhia, pode ser resumida como se segue:

(Valores em Euros)

	2009			Total
	Metodologia de apuramento do justo valor		Não valorizados ao justo valor	
	Cotações de mercado	Técnicas de valorização baseadas em fontes externas		
Activo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	5 351 989	5 351 989
Activos disponíveis para venda	2 594 249	33 730 565	-	36 324 814
Empréstimos e contas a receber	-	-	68 445 273	68 445 273
Outros devedores	-	-	1 711 779	1 711 779
	2 594 249	33 730 565	75 509 041	111 833 855
Passivo				
Passivos subordinados	-	-	15 000 000	15 000 000
Outros credores	-	-	117 847	117 847
	-	-	15 117 847	15 117 847
	2 594 249	33 730 565	60 391 194	96 716 008

(Valores em Euros)

	2008			
	Metodologia de apuramento do justo valor		Não valorizados ao justo valor	Total
	Cotações de mercado	Técnicas de valorização baseadas em fontes externas		
Activo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	8 608 337	8 608 337
Activos disponíveis para venda	2 504 634	30 887 487	-	33 392 121
Empréstimos e contas a receber	-	-	68 469 682	68 469 682
Outros devedores	-	-	3 261 998	3 261 998
	2 504 634	30 887 487	80 340 017	113 732 138
Passivo				
Passivos subordinados	-	-	15 000 000	15 000 000
Outros credores	-	-	1 111 083	1 111 083
	-	-	16 111 083	16 111 083
	2 504 634	30 887 487	64 228 934	97 621 055

A preparação da informação incluída nos quadros acima, relacionada com a metodologia de apuramento do justo valor, teve por base os seguintes pressupostos:

- Cotações de mercado – Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados activos;
- Técnicas de valorização baseadas em fontes externas – Instrumentos financeiros valorizados tendo por base bids fornecidos por contrapartes externas.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o justo valor dos instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado ou ao custo histórico é razoavelmente aproximado ao seu valor de balanço.

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor destes instrumentos financeiros foram os seguintes:

- O justo valor das aplicações financeiras registadas nas rubricas "Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem" e "Empréstimos e contas a receber" corresponde aproximadamente ao seu valor de balanço, dado que estes activos correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo.
- O empréstimo subordinado, registado na rubrica "Passivos subordinados", não tem prazo de reembolso definido e é remunerado à taxa de mercado (Euribor a 3 meses), pelo que o valor de mercado deste passivo, em cada data de refixação da taxa de juro, corresponde aproximadamente ao seu valor nominal.

Políticas de Gestão dos Riscos Financeiros Inerentes à Actividade da Multicare

Os objectivos, regras e procedimentos de gestão do risco de mercado estão previstos na Política de Investimentos da Companhia, que é actualizada anualmente e revista de três em três anos. Entre outros elementos, estão definidas, as sociedades gestoras, o tipo de gestão associado a cada uma das carteiras de investimento, os intervenientes no processo de compra e venda, a forma de transmissão da informação entre os diferentes intervenientes, os limites de exposição ao risco, medidas de cálculo da rentabilidade da carteira e autonomias de execução.

1. Modelo de Gestão

Está definido um modelo de gestão, com base no qual o gestor concretiza a política de investimentos:

Benchmarking – Índices de Referência – neste modelo são definidos os níveis de exposição a cada classe de activos (rendimento fixo, rendimento variável, activos imobiliários e outros) e os vários índices de referência de cada classe, relativamente aos quais será medida a performance de cada tipo de activo. A gestão poderá, conforme as circunstâncias dos mercados, em cada momento, estar investida em igual proporção, sobreexposta ou sobreposta relativamente ao benchmark estabelecido.

2. Limites de Exposição

Para as várias classes de activos, encontram-se definidos os seguintes limites máximos de exposição:

Classes de Activos	Limite máximo (% do valor global da Carteira)
Rendimento Fixo – Taxas longas*	70,0 %
Soberana	70,0 %
Corporate	50,0 %
Rendimento Fixo – Taxas curtas**	100,0 %
Retorno Absoluto***	2,0 %
Rendimento Variável	30,0 %
Rendimento Variável ilíquido (Private equity e outros)	6 % (20% do investimento em rendimento variável)
Imobiliário	40,0 %

(*) Entende-se por taxas longas todas as emissões de taxa fixa com maturidade superior a um ano.

(**) Entende-se por taxas curtas todas as emissões de taxa fixa com maturidade residual inferior a um ano e as emissões de taxa variável.

(***) Inclui os hedge funds e o investimento em commodities.

Para efeitos da classificação dos limites de exposição, por analogia de risco, considera-se que:

Os activos de Rendimento Fixo – taxas longas incluem todas as obrigações de taxa fixa com maturidade residual superior a 1 ano. Incluem-se ainda as acções remíveis com características de obrigações, os Fundos Mobiliários de Obrigações que respeitam este perfil de maturidade e os derivados de taxas de juro de longo prazo ou de risco de crédito associado a taxas de juro de longo prazo. Estes activos são separados em Soberana e Corporate de acordo com o risco de crédito público ou privado.

Os activos de Rendimento Fixo – taxas curtas incluem todas as obrigações de taxa fixa com maturidade residual inferior a 1 ano, as obrigações de taxa variável, os Fundos Mobiliários de Obrigações maioritariamente de taxa variável, todos os instrumentos de gestão de tesouraria vocacionados para o curto prazo incluindo depósitos bancários, bem como derivados associados ao risco de taxas de juro de curto prazo.

Os activos de Rendimento Variável incluem as Acções e Partes de capital, os Fundos Mobiliários de Acções e as obrigações com risco de acções e os derivados associados aos activos de rendimento variável.

Os activos de Rendimento Variável ilíquidos incluem investimento em Private Equity (Capital de Risco), Infraestruturas e outras estratégias de investimento em capital cuja liquidez ou venda em mercado secundário seja reduzida ou nula.

Existe também uma categoria para activos de retorno absoluto que permite integrar Hedge Funds e outras estratégias essencialmente focadas no retorno positivo e que utilizam abordagens alavancadas ou com grande utilização de derivados. Apesar de ser muitas vezes chamada classe de activos não passa de uma metodologia de gestão, com um enquadramento normativo mais livre, e que pode utilizar várias classes de activos, sejam acções, rendimento fixo, commodities (mercadorias indiferenciadas), moeda estrangeira e outros.

O Imobiliário inclui Terrenos e Edifícios, os Fundos de Investimento Imobiliários, outros activos que não sendo directamente imobiliários façam depender o seu desempenho do desempenho deste tipo de activos imobiliários e os derivados com risco imobiliário.

3. Outros limites:

Para além das restrições impostas pela legislação em vigor, a gestão das carteiras da Companhia tem ainda em consideração os seguintes limites:

a. Limite de exposição a valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em outros mercados regulamentados de Estados-membros da União Europeia, ou em mercados de países da OCDE legalmente considerados como análogos, também referidos como “não cotados”, é de 15 % do valor da carteira, devendo sempre ter a aprovação expressa do Conselho de Administração;

b. O conjunto das aplicações expressas em moedas que não o Euro estão limitadas a 5 % do valor da carteira;

c. Instrumentos Derivados, Operações de Reporte e Empréstimo de Valores:

Podem ser utilizados instrumentos derivados para cobertura, especulação ou redução do custo de investimento, de acordo com o enquadramento legislativo em vigor.

São permitidas, nos termos legalmente previstos, operações de reporte e empréstimos de valores, desde que tal não comprometa os limites de alocação definidos para cada uma das classes de activos a que respeitem, nem promova a alavancagem da carteira.

Estas operações carecem de autorização casuística prévia, podendo haver autorizações genéricas para derivados de mercado.

A avaliação de risco para derivados é feita determinando a sua contribuição para o risco global da carteira e da Companhia, para o retorno esperado e para o custo de transacções de activos.

d. Universo de investimento para activos de Rendimento Fixo:

As obrigações elegíveis para aquisição deverão respeitar os limites definidos nos quadros seguintes, que ponderam a maturidade residual com a qualidade de crédito. Na aquisição não deverá haver investimento abaixo da notação BBB- ou notação equivalente das casas de rating de referência.

Activos de Permanência	Dívida Corporate	Dívida Soberana*	Limite por Emitente
Até 1 ano	BBB-	BBB-	1%
1 a 5 anos	A-	A-	3%
5 a 15 anos	AA-	A+	6%
15 a 30 anos	Não autorizado	A+	6%
Superior a 30 anos	Não autorizado	AAA	6%

Gestão Activa	Rating*	Limite por Emissão	Limite por Emitente
0 a 5 anos	BBB-	1%	1%
5 a 10 anos	BBB-	0,5%	1%
0 a 5 anos	A-	3%	3%
5 a 15 anos	A-	2%	3%
0 a 5 anos	AA-	5%	5%
5 a 20 anos	AA-	3%	5%
0 a 5 anos	AAA	6%	6%
5 a 30 anos	AAA	3%	6%

*não existem limites de notação de rating para a dívida soberana dos países da zona Euro.

e. Limite por emitente excepto dívida pública soberana da OCDE e emitentes supranacionais é de 6% da carteira consolidada ou o limite absoluto de 200 milhões de Euros.

f. Limites por sector de actividade e por subordinação da emissão:

i. dívida subordinada: 10% da carteira

ii. crédito por sector de actividade (excepto banca): 20% da carteira

iii. crédito do sector serviços financeiros (Banca de Investimento, Intermediação Financeira e similares): 30% da carteira consolidada

g. O investimento em outras classes de activos não especificadas está sempre sujeito a aprovação casuística do Conselho de Administração.

h. As características dos activos em carteira, permitem que num muito curto espaço de tempo (uma semana), mais de metade da carteira se possa transformar em liquidez.

4. Carteiras com Benchmarks

O investimento em acções, num valor inferior a 250.000 euros, para as carteiras com um objectivo de exposição a esta classe, pode ser efectuado via ETF (Exchange Traded Funds – fundos de investimento que replicam o comportamento dos índices) ou equiparados que sejam harmonizados em termos de legislação comunitária.

O investimento em instrumentos, num valor inferior a 1.500.000 euros, ligados a taxas curtas para as carteiras com um objectivo de exposição a esta classe, pode ser efectuado via ETF (Exchange Traded Funds) ou equiparados que sejam harmonizados em termos de legislação comunitária.

5. Avaliação do Risco

Existe um modelo de avaliação do retorno/risco esperado em função da composição por classes de activos. O retorno esperado das carteiras está sujeito a uma análise de sensibilidade em função das várias volatilidades dos activos que constituem a carteira. Este tipo de avaliação justifica as decisões de alocação de activos procurando-se constituir carteiras com risco controlado que optimizem o retorno dentro do enquadramento de mercado existente.

A avaliação do risco é efectuada pela Direcção de Investimentos, havendo sempre que tal se mostra conveniente, o envolvimento da Direcção de Gestão de Risco da Seguradora e da Caixa Geral de Depósitos (CGD). São monitorizados vários riscos envolvidos nomeadamente:

- risco de mercado;
- risco de taxa de juro;
- risco de crédito por emitente e por grupo financeiro;
- risco de liquidez.

A avaliação do risco dos Instrumentos Derivados, Operações de Reporte e Empréstimo de Valores é feita determinando a sua contribuição para o risco global da carteira e da Companhia, para o retorno esperado e para o custo de transacções de activos.

Risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a exposição máxima a risco de crédito da Multicare apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2009			2008		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	5 351 989	-	5 351 989	8 608 337	-	8 608 337
Activos disponíveis para venda -						
- instrumentos de dívida	33 730 566	-	33 730 566	30 887 487	-	30 887 487
Empréstimos e contas a receber	68 445 273	-	68 445 273	68 469 682	-	68 469 682
Outros devedores	1 711 779	-	1 711 779	3 261 998	-	3 261 998
Exposição máxima a risco de crédito	109 239 607	-	109 239 607	111 227 504	-	111 227 504

Qualidade de crédito

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço das aplicações financeiras em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, por rating da Standard & Poor's, ou equivalente, e por país de origem da contraparte:

(Valores em Euros)

Classe de activo	2009	2008
	Ratings Portugal	Ratings Portugal
Depósitos em Instituições de Crédito		
AA- até AA+	6 152 003	8 608 337
Depósitos junto de Empresas Cedentes		
Sem rating	67 645 260	68 469 682
Total	73 797 263	77 078 019

Em 2009, na rubrica "Depósitos em Instituições de Crédito" estão a ser incluídos depósitos a prazo registados na rubrica "Empréstimos e contas a receber" no valor de 800.013 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o montante de depósitos junto de empresas cedentes corresponde a provisões retidas pelos cedentes ao abrigo dos tratados de resseguro celebrados com a Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial, S.A. e com a Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A., entidades detidas integralmente pela Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. (Nota 5).

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor de balanço dos instrumentos de dívida em carteira, líquido de imparidade, por rating da Standard & Poor's, ou equivalente, por tipo de emitente e por país de origem da contraparte, tem a seguinte decomposição:

(Valores em Euros)

Classe de activo	2009				Total
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Activos Financeiros Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)					
Corporate					
AA- até AA+	-	108 438	696 132	-	804 571
A- até A+	-	1 583 594	-	-	1 583 594
Menor que A-	-	1 201 733	-	-	1 201 733
	-	2 893 765	696 132	-	3 589 898
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	3 944 295	-	-	3 944 295
AA- até AA+		1 479 153			1 479 153
A- até A+	555 026	493 085	-	-	1 048 111
Menor que A-		1 467 233			1 467 233
	555 026	7 383 766	-	-	7 938 792
Instituições Financeiras					
AAA	255 676	682 530	-	-	938 206
AA- até AA+	256 541	6 287 184	147 179	1 035 185	7 726 088
A- até A+	212 182	9 910 380	135 145	2 905 197	13 162 904
Menor que A-	-	321 101	53 577	-	374 678
	724 398	17 201 195	335 901	3 940 382	22 201 876
Total Activos Financeiros Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)	1 279 425	27 478 726	1 032 034	3 940 382	33 730 566

(Valores em Euros)

Classe de activo	2008			
	Ratings			Total
	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Activos Financeiros Disponíveis				
para Venda (líquido de imparidade)				
Corporate				
AA- até AA+	106 101	208 153	-	314 254
A- até A+	1 979 695	-	-	1 979 695
Menor que A-	1 091 452	-	-	1 091 452
	3 177 248	208 153	-	3 385 401
Governos e outras autoridades locais				
AAA	5 376 102	-	-	5 376 102
A- até A+	3 998 925	-	-	3 998 925
	9 375 027	-	-	9 375 027
Instituições Financeiras				
AAA	1 303 429	-	-	1 303 429
AA- até AA+	7 294 188	168 579	1 943 005	9 405 772
A- até A+	5 560 621	-	1 796 380	7 357 001
Menor que A-	28 306	32 551	-	60 857
	14 186 544	201 130	3 739 385	18 127 059
Total Activos Financeiros Disponíveis				
para Venda (líquido de imparidade)	26 738 819	409 283	3 739 385	30 887 487

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a Companhia não tem activos financeiros em situação de incumprimento.

Risco de liquidez

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os cash-flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2009									
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Activo										
Caixa e seus equivalentes										
e depósitos à ordem	5 351 989	-	-	-	-	-	-	-	-	5 351 989
Activos disponíveis para venda	125 390	1 876 872	1 739 875	5 439 740	14 257 552	6 147 058	4 573 833	4 972 000	2 594 249	41 726 568
Empréstimos e contas a receber	70 351	941 155	211 053	68 067 367	-	-	-	-	-	69 289 927
Investimentos a deter										
até à maturidade										-
Outros devedores	1 711 779	-	-	-	-	-	-	-	-	1 711 779
	7 259 509	2 818 027	1 950 928	73 507 107	14 257 552	6 147 058	4 573 833	4 972 000	2 594 249	118 080 263
Passivo										
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-	-	15 000 000	15 000 000
Outros credores	117 847	-	-	-	-	-	-	-	-	117 847
	117 847	-	-	-	-	-	-	-	15 000 000	15 117 847

(Valores em Euros)

	2008									Total	
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado		
Activo											
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8 608 337	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8 608 337
Activos disponíveis para venda	218 873	449 122	810 939	2 457 206	15 063 675	8 613 113	7 888 722	3 426 000	2 504 634	41 432 284	
Empréstimos e contas a receber	173 970	347 940	521 920	69 513 503	-	-	-	-	-	70 557 333	
Outros devedores	3 261 998	-	-	-	-	-	-	-	-	3 261 998	
	12 263 178	797 062	1 332 859	71 970 709	15 063 675	8 613 113	7 888 722	3 426 000	2 504 634	123 859 952	
Passivo											
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-	-	15 000 000	15 000 000	
Outros credores	1 111 083	-	-	-	-	-	-	-	-	1 111 083	
	1 111 083	-	-	-	-	-	-	-	15 000 000	16 111 083	

Os saldos apresentados acima não são comparáveis com os saldos contabilísticos dado incluírem fluxos de caixa projectados e não se encontrarem descontados.

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pela Multicare na gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua actividade, com os ajustamentos necessários de forma a cumprir os requisitos de divulgação aplicáveis. Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais, foram os seguintes:

- As disponibilidades de caixa e os depósitos à ordem foram classificados como exigíveis à vista, incluídos no "Até 1 mês";
- Os montantes registados na rubrica "Empréstimos e contas a receber" correspondem a provisões retidas pelos cedentes no âmbito dos tratados de resseguro em vigor, sendo renováveis por períodos anuais. Os fluxos previsionais foram calculados considerando a sua próxima data de vencimento;
- Os valores que constam das rubricas de "Outros devedores" e "Outros credores" são valores exigíveis à vista, sendo classificados na coluna "Até 1 mês";
- Os instrumentos de capital foram classificados como "Indeterminado";
- Foi considerada como maturidade contratual a menor das seguintes datas: call, put ou maturidade.

Risco de mercado

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o detalhe dos instrumentos financeiros por tipo de exposição ao risco de taxa de juro apresenta o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2009			
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
Activo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	5 351 989	-	5 351 989
Activos disponíveis para venda	18 941 412	14 789 153	2 594 249	36 324 814
Empréstimos e contas a receber	-	68 445 273	-	68 445 273
Outros devedores	-	-	1 711 779	1 711 779
	18 941 412	88 586 415	4 306 028	111 833 855
Passivo				
Passivos subordinados	-	15 000 000	-	15 000 000
Outros credores	-	-	117 847	117 847
	-	15 000 000	117 847	15 117 847

(Valores em Euros)

	2008			
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
Activo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	8 608 337	-	8 608 337
Activos disponíveis para venda	16 962 623	13 924 864	2 504 634	33 392 121
Empréstimos e contas a receber	-	68 469 682	-	68 469 682
Outros devedores	-	-	3 261 998	3 261 998
	16 962 623	91 002 883	5 766 632	113 732 138
Passivo				
Passivos subordinados	-	15 000 000	-	15 000 000
Outros credores	-	-	1 111 083	1 111 083
	-	15 000 000	1 111 083	16 111 083

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o detalhe do valor nominal dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro, em função da sua maturidade ou da data de refixação, tem a seguinte decomposição:

(Valores em Euros)

	2009								Total
	Datas de refixação / Datas de maturidade								
	Até 7 dias	Entre 7 dias e 1 mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 3 meses e 6 meses	Entre 6 meses e 12 meses	Entre 12 meses e 3 anos	Mais de 3 anos	Indeterminado	
Activo									
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	5 351 989	-	-	-	-	-	-	-	5 351 989
Activos disponíveis para venda	1 500 000	4 500 000	9 966 000	805 000	2 840 000	4 630 000	9 090 000	2 594 249	33 331 000
Empréstimos e contas a receber	-	-	800 000	-	67 645 273	-	-	-	68 445 273
	6 851 989	4 500 000	11 566 000	805 000	70 485 273	4 630 000	9 090 000	2 594 249	107 128 262
Passivo									
Passivos subordinados	-	-	15 000 000	-	-	-	-	-	15 000 000
Exposição líquida	6 851 989	4 500 000	(3 434 000)	805 000	70 485 273	4 630 000	9 090 000	2 594 249	92 128 262

(Valores em Euros)

	2008								Total
	Datas de refixação / Datas de maturidade								
	Até 7 dias	Entre 7 dias e 1 mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 3 meses e 6 meses	Entre 6 meses e 12 meses	Entre 12 meses e 3 anos	Mais de 3 anos	Indeterminado	
Activo									
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8 608 337	-	-	-	-	-	-	-	8 608 337
Activos disponíveis para venda	1 500 000	4 600 000	8 850 000	200 000	324 000	5 578 000	10 771 000	2 504 635	31 823 000
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	68 469 682	-	-	-	68 469 682
	10 108 337	4 600 000	8 850 000	200 000	68 793 682	5 578 000	10 771 000	2 504 635	108 901 019
Passivo									
Passivos subordinados	-	-	15 000 000	-	-	-	-	-	15 000 000
Exposição líquida	10 108 337	4 600 000	(6 150 000)	200 000	68 793 682	5 578 000	10 771 000	2 504 635	93 901 019

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

(Valores em Euros)

	2009		
	Euros	Outras moedas	Total
Activo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	5 217 157	134 832	5 351 989
Activos disponíveis para venda	36 100 303	224 511	36 324 814
Empréstimos e contas a receber	68 445 273	-	68 445 273
Outros devedores	1 711 779	-	1 711 779
	111 474 512	359 343	111 833 854
Passivo			
Passivos subordinados	15 000 000	-	15 000 000
Outros credores	117 847	-	117 847
	15 117 847	-	15 117 847

(Valores em Euros)

	2008		
	Euros	Outras moedas	Total
Activo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8 566 688	41 649	8 608 337
Activos disponíveis para venda	33 186 297	205 824	33 392 121
Empréstimos e contas a receber	68 469 682	-	68 469 682
Outros devedores	3 261 998	-	3 261 998
	113 484 665	247 473	113 732 138
Passivo			
Passivos subordinados	15 000 000	-	15 000 000
Outros credores	1 111 083	-	1 111 083
	16 111 083	-	16 111 083

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a sensibilidade do valor patrimonial e proveitos destes instrumentos financeiros a variações positivas e negativas de 50, 100, 200 basis points (bp's), respectivamente, corresponde a:

(Valores em Euros)

	2009					
	Variação +200 bp's	Variação +100 bp's	Variação +50 bp's	Variação -50 bp's	Variação -100 bp's	Variação -200 bp's
Activo						
Activos disponíveis para venda	(1 403 267)	(737 205)	(378 173)	397 601	803 235	1 670 965
	(1 403 267)	(737 205)	(378 173)	397 601	803 235	1 670 965
Margem financeira						
Proveitos com Juros	188 909	94 455	47 227	(47 899)	(87 553)	(92 206)
	188 909	94 455	47 227	(47 899)	(87 553)	(92 206)

(Valores em Euros)

	2008					
	Variação +200 bp's	Variação +100 bp's	Variação +50 bp's	Variação -50 bp's	Variação -100 bp's	Variação -200 bp's
Activo						
Activos disponíveis para venda	(1 219 347)	(641 243)	(329 142)	347 611	715 279	1 518 059
	(1 219 347)	(641 243)	(329 142)	347 611	715 279	1 518 059
Margem financeira						
Proveitos com Juros	215 913	107 957	53 978	(53 978)	(107 957)	(215 913)
	215 913	107 957	53 978	(53 978)	(107 957)	(215 913)

32. Divulgações Relativas a Risco de Contratos de Seguro

É apresentada de seguida uma descrição resumida da política de aceitação e gestão de risco do Ramo Doença, efectuada pela Multicare.

32.1. Subscrição de Riscos

A aceitação e gestão de riscos encontra-se estruturada em três grandes níveis seguindo um modelo de delegação de competências.

Cada nível dispõe, de acordo com as suas competências, de metodologias e procedimentos específicos, permitindo a interligação e harmonização entre eles.

No terceiro nível, cometido às redes comerciais da Fidelidade Mundial (FM) e da Império Bonança (IB), enquadra-se a competência delegada para aceitação de riscos, apoiada em normas e procedimentos escritos e confirmada pelo Departamento Técnico de Produção da Multicare, com o seguinte âmbito:

- Produtos standardizados;
- Riscos com um histórico de sinistralidade baixo ou muito baixo;
- Universo de risco homogéneo e de fácil identificação;
- Produtos com componentes opcionais vendidas de acordo com a tarifa.

Tem como instrumentos ao seu dispor: Tarifas, Simuladores, Normas de Subscrição e de Delegação de Poderes, manuais dos produtos, apólices standardizadas, propostas de seguro, declarações tipo, questionários técnicos e normas relativas a circuitos e procedimentos.

O segundo nível integra as Direcções Comerciais de Mediadores e Corretores da FM e da IB com competências delegadas para aceitação e análise de riscos específicos, e apresenta o seguinte âmbito:

- Subscrição de Produtos standardizados, com a possibilidade de definição de cláusulas particulares, com o objectivo de ajustar a apólice ao risco específico ou de limitar a exposição ao risco;
- Para além da subscrição dos riscos delegados ao terceiro nível, subscrição dos riscos a seguir caracterizados: i) riscos com elevada sinistralidade geral; ii) riscos que, considerados individualmente, apresentem um potencial de perda muito elevado; iii) riscos cuja subscrição deva pressupor uma análise técnica específica;
- Estudo de acumulação de riscos, considerando o Cliente em termos globais;
- Subscrição de riscos que pelas suas características justificam um prémio significativamente diferente do definido na tarifa do produto.

As Direcções Comerciais têm ao seu dispor relatórios e análises de cariz técnico e actuarial, fornecidos pelo Departamento Técnico de Produção com o apoio do Gabinete de Actuariado e Controle que lhes permite ter um conhecimento da evolução da exploração técnica do Ramo e do comportamento do risco.

Existe ainda um primeiro nível de subscrição, destinado aos riscos de valor unitário muito elevado, ou envolvendo conjuntos de riscos muito alargados, em que as condições de aceitação são analisadas pelo Departamento Técnico de Produção da Multicare, que elaborará e enviará uma proposta de aceitação à Direcção Comercial envolvida, que, por sua vez, submeterá à aprovação do Administrador do pelouro da Seguradora que aceita o risco.

O Departamento Técnico de Produção é dotado de técnicos especializados, coadjuvado por actuários do Gabinete de Actuariado e Controle, que recorrerão a análises de risco efectuadas por empresas especializadas sempre que as características do risco o justifiquem.

A aceitação de riscos assenta em padrões técnicos rigorosos, visando a identificação de riscos com elevadas perdas potenciais (gravidade e frequência), a aplicação de condições contratuais ajustadas e a definição de prémios adequados ao risco específico, de modo a obter um crescimento sustentado da carteira e um resultado técnico equilibrado.

32.2. Gestão Técnica

A gestão técnica do Ramo Doença compreende a definição de preços e clausulados das apólices, a definição e controlo da política de subscrição e ainda o controlo e acompanhamento da receita processada, do número de contratos seguros, das características dos riscos, da sinistralidade e da margem técnica, o que permite a monitorização dos riscos em carteira.

32.3. Instrumentos de Gestão para Controlo do Risco

Riscos Internos da Organização

De forma a controlar e minimizar o risco interno da organização, as normas e procedimentos de aceitação e os manuais de produto encontram-se publicados e são de acesso e conhecimento geral, sendo o processo de aplicação devidamente monitorizado pelas áreas competentes.

Estudos de Perfil da Carteira

São elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais/ /responsabilidades assumidas pelo objecto do seguro e por coberturas.

São ainda desenvolvidos regularmente estudos sobre o comportamento de sinistralidade dos produtos e coberturas em função das características mais determinantes para a definição do risco.

Estes estudos permitem obter uma análise qualitativa e da sinistralidade de determinadas classes de risco (escalões de capitais seguros, objecto de seguro, coberturas), tendo como objectivo a aferição das delegações existentes e correcção de eventuais distorções, correlacionar os principais factores de formação de preço e a alteração dos produtos em comercialização ou a criação de novos.

Análises Periódicas da Evolução da Carteira

A carteira sob gestão é sujeita a um acompanhamento periódico sobre a sua evolução, analisando-se, designadamente, o comportamento do movimento de apólices, quer em termos de quantidades de apólices, quer em termos de produção nova e anulada.

Estes estudos incluem ainda a análise do comportamento dos sinistros, monitorizando-se a respectiva frequência e taxa de sinistralidade. Esta análise é produzida ao nível dos Produtos sob gestão no caso dos produtos estandardizados e, negócio a negócio, nos seguros de grupo não estandardizados.

Seleção e Actualização de Carteira

Esta função tem como objectivo melhorar a rentabilidade da carteira sob gestão, através da introdução de alterações às condições contratuais (coberturas, franquias, prémios) em função da frequência e/ou elevada sinistralidade.

É ainda incluída nesta função a avaliação de irregularidades que são detectadas em contratos ou em sinistros, a qual poderá conduzir à implementação de medidas que, dependendo da gravidade da irregularidade, poderão chegar à anulação do contrato ou da carteira do segurado.

Concentrações de risco de seguro

Ao serem elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais/ responsabilidades assumidas pelo objecto a segurar e por coberturas, obtêm-se indicadores que permitem estimar o impacto de eventuais alterações a coberturas.

Comportamento da carteira

No caso específico do Ramo Saúde, ramo único na Multicare, a concentração de risco não será uma verdadeira ameaça, já que as epidemias estão excluídas à partida. Este risco estará mais diluído, ainda, pela abrangência da Multicare ser nacional e com representação significativa em todas as regiões.

Nesta Seguradora, cerca de 79,3% dos sinistros geridos são-no no sistema de Managed Care. Este sistema de gestão permite reduzir, de forma significativa, a tempestividade e a incerteza dos futuros fluxos de caixa e nalgumas situações – sempre que temos “preços-pacote” acordados – também em montante.

Nos restantes sinistros (20,7%) que são suportados pelo sistema de reembolso, existe ainda, numa parte significativa da carteira, um período limite de envio das despesas que mais uma vez concorre para a redução do prazo de regularização das despesas, pelo que, no conjunto do Ramo Saúde, o período de resolução dos sinistros é relativamente reduzido.

No final de 2007, primeiro ano de actividade da Seguradora Multicare, o valor de provisões para sinistros era de quarenta e quatro milhões (43.907.799) de euros. Já no final de 2008, segundo ano de actividade, o valor de provisões para sinistros era de quarenta e dois milhões e seiscentos mil (42.643.832) euros. A avaliação das provisões para sinistros é feita com base na matriz de pagamentos emitidos, consequentemente a estimativa que fazemos destas provisões excluem os recibos emitidos por liquidar. Assim, analisámos a evolução das provisões, que avaliamos para sinistros ocorridos a partir de 2003, de acordo com a tabela abaixo:

	(Valores em Euros)						
	Avaliação Dez/2007	Pagamentos Efectuados 2008	Provisões Remanescentes Dez/2008	Avaliação Dez/2008	Pagamentos Efectuados 2009	Provisões Remanescentes Dez/2009	Avaliação Dez/2009
Sin < 2008	40 726 174	28 090 660	12 635 514	7 666 607	869 284	6 797 323	4 051 409
Sin < 2009				41 875 195	29 479 774	12 395 421	7 201 380

Como se pode observar, na Multicare a estimativa das provisões para sinistros necessárias que resultam do nosso modelo demonstram-se suficientes.

Associando o curto prazo de desenvolvimento dos sinistros ao grau de confiança com que avaliamos as nossas responsabilidades, podemos concluir existir algum conforto no nível de provisionamento, sendo pouco provável a possibilidade de agravamento da sinistralidade face ao previsto.

Adequação dos prémios e adequação das provisões

Neste terceiro ano de actividade, para além da carteira de seguros de Saúde da Fidelidade Mundial e da Império Bonança gerida no âmbito do Tratado de Resseguro, a Multicare apresenta alguns contratos em Seguro Directo.

Os prémios adquiridos neste exercício não foram suficientes para fazer face às responsabilidades por eles assumidas no Seguro Directo mas foram-no no Resseguro Aceite.

Face ao exercício anterior, na carteira cedida pela FM e pela IB, verificou-se uma redução de 3,36% nas despesas com sinistros e de 21,17% nos custos de exploração do Ramo.

Em 2008 foi feita uma análise de adequação das tarifas dos produtos individuais em vigor face à sinistralidade observada, tendo sido identificados os produtos que careciam de ajustamento. Na sequência destes estudos foram lançadas duas novas gamas de produtos standard (Individual e PME), reflectindo integralmente os ajustamentos identificados.

O valor das provisões contabilizado, em Resseguro Aceite, é de quarenta e quatro milhões (44.083.729) de euros, dos quais vinte e oito milhões e setecentos mil (28.679.334) euros dizem respeito a sinistros declarados à Multicare, treze milhões e setecentos mil (13.704.036) euros são para sinistros IBNR e, finalmente, temos um milhão e setecentos mil (1.700.360) euros como provisão para encargos futuros de gestão de sinistros.

Para confirmar a suficiência destas provisões basta verificarmos que a taxa de sinistralidade do ano é de 93,82% (Directo + Aceite) e a taxa de sinistralidade global é de 94,99%, diferença justificada pelo nível de prudência das provisões para sinistros de anos anteriores.

Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional

A taxa de sinistralidade observada em Seguro Directo foi da ordem dos cento e oito por cento (108,21%). Os custos de exploração são compensados pelo ganho obtido nos rendimentos financeiros da Seguradora, pelo que o rácio combinado desta actividade resultou em cento e cinco por cento (105,39%).

No que respeita à actividade em Resseguro Aceite, o rácio de sinistralidade foi de noventa e quatro por cento (93,73%), o rácio de despesas de 6,34%, o rácio de cedência, que corresponde ao tratado de resseguro com a Cares, é de zero vírgula quatro por cento (0,39%) e o rácio de rendimentos de dois e meio por cento (2,51%), o que conduz a um rácio agregado de noventa e oito por cento (97,95%), o que demonstra uma suficiência de prémios.

32.4. Políticas de Resseguro

A Multicare é Resseguradora das Companhias Fidelidade Mundial e Império Bonança através de um tratado de quota-parte. Dessa carteira, parte é transferida por Resseguro Cedido.

Os factores determinantes para limitar ou transferir o risco seguro estão em consonância com a natureza dos negócios e os valores dos riscos a segurar. E o cumprimento de Normas de Subscrição está associado às coberturas disponíveis e em vigor em Resseguro, sendo determinantes para a aceitação ou recusa de tipos de riscos.

Os seguros de Doenças Graves-Best Doctors, por se tratar de riscos que envolvem elevados capitais seguros e situações gravosas, estão resseguros na Munich Re.

As retenções, como referido, são as adaptadas à carteira existente e têm em conta a capacidade negociada e o equilíbrio entre cedência de prémios e essa mesma capacidade.

Para além deste tratado de Resseguro, existe ainda um tratado de Resseguro com a Cares, para onde se transfere a totalidade dos riscos das seguintes coberturas:

- Assistência domiciliária;
- Apoio domiciliário;
- Transporte de Urgência;
- Assistência Clínica domiciliária; e
- Assistência Clínica em Viagem.

Os critérios de selecção e admissibilidade dos Resseguradores são pautados pela sua fiabilidade e solvência financeira, pela sua capacidade de prestação de serviços, pela observação e acompanhamento dos mesmos no seu relacionamento no que se refere a pagamentos/recebimentos, não deixando de ter em apreço, também como factor determinante, o seu Rating pelas diferentes agências internacionais.

33. Gestão de Capital

Os objectivos de gestão do Capital na Multicare obedecem aos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com os requisitos legais a que a Multicare está obrigada pelas Autoridades de Supervisão, nomeadamente pelo Instituto de Seguros de Portugal;
- Gerar uma rentabilidade adequada para a Companhia, criar valor ao accionista e proporcionar-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que a Multicare está legalmente autorizada a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da actividade e aos riscos dela decorrentes.

Para atingir os objectivos descritos, a Multicare efectua um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazo, tendo em vista o financiamento da sua actividade, sobretudo por recurso ao auto financiamento e à captação de recursos de segurados e ressegurados.

As exigências regulamentares em vigor decorrem do Decreto-Lei nº 94-B/98, de 17 de Abril, com a redacção dada pelo Decreto-Lei nº 251/2003, de 14 de Outubro, e das Normas do Instituto de Seguros de Portugal, nomeadamente da Norma Regulamentar nº 6/2007-R, de 27 de Abril, com as alterações decorrentes da Norma Regulamentar nº 12/2008-R, de 30 de Outubro, salientando-se:

- Obrigatoriedade da manutenção em permanência de uma margem de solvência suficiente face ao conjunto das actividades da Companhia. Para este efeito, a margem de solvência disponível é determinada nos termos do disposto na legislação acima referida, sendo aplicáveis os ajustamentos prudenciais previstos nas normas regulamentares do Instituto de Seguros de Portugal.
- Obrigatoriedade da manutenção de um fundo de garantia, que faz parte integrante da margem de solvência e que corresponde a um terço do valor da margem de solvência exigida, não podendo, no entanto, ser inferior aos limites mínimos legalmente estabelecidos.

- Caso o Instituto de Seguros de Portugal verifique a insuficiência, mesmo circunstancial ou previsivelmente temporária, da margem de solvência de uma empresa de seguros, esta deve, no prazo que lhe vier a ser fixado por esse Instituto, submeter à sua aprovação um plano de recuperação com vista ao restabelecimento da sua situação financeira.

- Obrigatoriedade de as provisões técnicas serem a qualquer momento representadas na sua totalidade por activos equivalentes, sujeitos a um conjunto de regras de diversificação e dispersão prudenciais, cujo cumprimento é monitorado pelo Instituto de Seguros de Portugal. Os activos representativos das provisões técnicas constituem um património especial que garante especialmente os créditos emergentes dos contratos de seguro, não podendo ser penhorados ou arrestados, salvo para pagamento desses mesmos créditos. Em caso de liquidação, estes créditos gozam de um privilégio mobiliário especial sobre os bens móveis ou imóveis que representem as provisões técnicas, sendo graduados em primeiro lugar.

Para além destas exigências, há ainda outras regras prudenciais a que as companhias de seguros estão sujeitas, as quais, em conjunto com as apresentadas, devem ser entendidas como um complemento importante de uma gestão prudente por parte das Instituições, a qual se deverá basear, essencialmente, nos dispositivos internos de avaliação e controlo por si montados, tendo em conta as responsabilidades perante os accionistas, segurados e restantes credores.

Para analisar e dar resposta ao cumprimento dos requisitos legais e prudenciais a que se encontra sujeita, a Multicare dispõe de quatro áreas que desempenham funções chave em matéria de Gestão de Riscos e Controlo Interno:

- a. Direcção de Gestão de Risco (DGR);
- b. Direcção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Compliance (DIC);
- c. Direcção de Auditoria (DAU);
- d. Comité de Riscos.

Estes Órgãos de Estrutura reportam ao Conselho de Administração da Multicare, nas matérias que a esta respeitem.

Direcção de Gestão de Riscos

A missão da DGR assenta no desenvolvimento, comunicação e implementação de um ciclo de gestão de riscos destinado à identificação, avaliação e monitorização do perfil de risco das várias linhas de negócio, permitindo ao Conselho de Administração e às várias Direcções envolvidas incorporar esta informação na sua tomada de decisões.

A DGR tem como principais funções:

a. Desenvolvimento e disponibilização de informação que suporte a tomada de decisões;

b. Gestão dos Sistemas de Gestão de Riscos e Controlo Interno:

- Gestão do Sistema de Gestão de Risco Operacional bem como a implementação e desenvolvimento do Sistema de Controlo Interno;
- Desenvolver, implementar e actualizar os modelos, ferramentas e relatórios de suporte à tomada de decisões, do Conselho de Administração e/ou das restantes Direcções, com base no perfil de risco da Companhia;
- Desenvolver níveis técnicos de alerta sobre valores em risco, permitindo ao Conselho de Administração monitorizar o perfil de riscos das carteiras da Companhia;
- Colaborar na definição das políticas de subscrição, tarificação, resseguro e investimento, através da participação nos respectivos comités, providenciando uma perspectiva da gestão de riscos sobre os temas em análise;

c. Avaliação actuarial.

Direcção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Compliance

A Direcção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Compliance (DIC) é um órgão de estrutura de primeira linha de reporte directo ao Conselho de Administração, cuja principal missão é a de contribuir para que os órgãos de gestão, a estrutura directiva e os colaboradores, cumpram a legislação, as regras, os códigos e os normativos em vigor, externos e internos, por forma a evitar situações que prejudiquem a imagem das empresas e a sua reputação no mercado, bem como eventuais prejuízos de ordem financeira.

A DIC tem como principais funções:

a. Prevenção de Branqueamento de Capitais

Assegurar a prevenção e a detecção de actividades de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo, garantindo a execução dos procedimentos internos nesta matéria através dos seguintes processos e controlos:

- Implementação de um Programa de Identificação de Clientes (Customer Identification Program);
- Filtragem de Clientes;
- Monitorização de transacções e reporte às autoridades judiciais e policiais;
- Implementação de um Programa de Formação em Prevenção do Branqueamento de Capitais.

b. Compliance

Assegurar a coordenação da função compliance nos termos previstos no Manual de Compliance, através dos seguintes processos e controlos:

- Manutenção e divulgação do Manual de Compliance, incluindo o código de Conduta Ética e Profissional;
- Implementação de Programa de Visitas aos órgãos de estrutura, de forma a intensificar a apreensão da Cultura de Compliance;
- Criação e manutenção de um Espaço Compliance na Intranet;
- Análise Regulamentar;
- Implementação de Programas de Compliance visando a identificação, monitorização e minimização de pontos críticos nos macro-processos da empresa;
- Implementação e promoção de uma cultura “Tratar os Clientes com Lealdade (Treat Your Customers Fairly)”;
- Aprovação de novos produtos;
- Elaboração de Planos anuais e Relatórios trimestrais de actividades de compliance e prevenção de branqueamento de capitais;
- Desenvolvimento de Formação em compliance.

Direcção de Auditoria

A Direcção de Auditoria (DAU) é um órgão de estrutura de primeira linha de reporte directo ao Conselho de Administração da Companhia. A sua missão passa por garantir a avaliação e acompanhamento dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia, bem como a verificação do cumprimento das normas internas e da legislação em vigor.

Enquanto função chave na gestão de riscos e controlo interno, a DAU desempenha as seguintes funções:

- a. Elaboração e Execução do Plano Anual de Auditoria - a avaliação da eficácia dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno é uma componente-chave do referido Plano;
- b. Actividades de Auditoria - concretização do Plano de Auditoria, através da execução de auditorias às diversas áreas e desenvolvimento de um conjunto de recomendações/medidas correctivas em resultado das mesmas;
- c. Auditoria Informática – envolve acções de auditoria aos sistemas de informação, suportadas por uma metodologia própria, cujo objectivo passa por determinar a probabilidade de ocorrência de eventos de riscos e os seus impactos.

Comité de Riscos

O modelo de governação da Companhia inclui vários comités específicos que funcionam como estruturas dependentes do Conselho de Administração, que neles delega competências, constituindo-se como órgãos de decisão intermédia.

Ao Comité de Riscos, constituído neste contexto, cabe pronunciar-se sobre assuntos de gestão corrente relacionados com a gestão de risco, tal como os riscos técnicos (riscos de mercado, de crédito e outros riscos específicos aos seguros) e o risco operacional. São membros permanentes deste órgão, três administradores, assim como os responsáveis pela Direcção de Gestão de Riscos, Direcção de Investimentos, Direcção de Auditoria, Direcção de Compliance e Direcção de Resseguro.

O Comité de Riscos, que reúne com uma periodicidade mensal, analisou, em 2009, temas relacionados com a gestão do risco operacional e o controlo interno, a política de aceitação de riscos, a política de investimentos e os riscos associados aos investimentos, o risco de provisionamento, a utilização do capital económico na gestão de riscos, a política de resseguro, a função de Compliance e o risco de concentração.

A margem de solvência da Multicare em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, medida em função da cobertura das responsabilidades decorrentes da actividade desenvolvida por elementos patrimoniais elegíveis para este efeito, apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2009	2008
Margem de solvência disponível:		
Capital Social Realizado	18 000 000	18 000 000
Reservas		
Reservas de Reavaliação	(476 469)	(2 286 635)
Reserva por impostos diferidos	106 820	545 911
Outras Reservas	1 675 330	1 006 552
Prémios de Emissão	7 200 000	7 200 000
Resultado de Ganhos e Perdas, deduzido de distribuições		
Resultados transitados	18 198	18 198
Resultado líquido do exercício	469 627	1 668 778
Distribuição de resultados do exercício	-	(1 000 000)
	26 993 506	25 152 804
Empréstimos subordinados sem prazo fixo	15 000 000	14 436 843
	41 993 506	39 589 647
Deduções prudenciais		
Imobilizações incorpóreas	290 316	368 920
Total dos elementos constitutivos da margem de solvência	41 703 190	39 220 727
Requisitos de solvência:		
Ramos não-vida	31 938 639	28 873 687
Total da Margem de Solvência a constituir	31 938 639	28 873 687
Excedente de cobertura	9 764 551	10 347 040
Taxa de cobertura	131%	136%

As empresas de seguros devem, no prazo máximo de 15 dias após o final de cada trimestre, ter disponível para consulta e para reporte ao Instituto de Seguros de Portugal o respectivo apuramento da situação da margem de solvência.

Anexos

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de Dezembro de 2009

Anexo 1
(Valores em Euros)

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço unitário	Valor de balanço total
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.1 - Acções							
BES, PL	2 139			4,50	9 616	4,55	9 735
EDP, PL	10 683			4,11	43 936	3,11	33 203
ZON MULTIMEDIA, PL	4 914			7,14	35 067	4,31	21 179
sub-total	17 736				88 619		64 117
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
CAIXAGEST IMOBILIÁRIO INTERNACIONAL, FII	61 353			5,38	329 999	3,08	189 139
sub-total	61 353				329 999		189 139
sub-total	79 089				418 618		253 256
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.1 - De dívida pública							
PGB, 5,45%, 23/09/2013, GOVT		500 000	109,87		549 335	109,53	555 026
sub-total		500 000			549 335		555 026
2.1.2.3 - De outros emissores							
BANCO BPI, 3%, 17/07/2012, CORP		250 000	100,40		251 000	100,90	255 676
BCP, 3.625%, 19/01/2012, CORP		200 000	99,96		199 910	102,65	212 182
MONTEPIO GERAL, 3.25%, 27/07/2012, CORP		250 000	101,20		253 000	101,22	256 541
sub-total		700 000			703 910		724 399
sub-total		1 200 000			1 253 245		1 279 425
total	79 089	1 200 000			1 671 863		1 532 681
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.2.1.1 - Acções							
AIR LIQUIDE, FP	469			87,17	40 884	83,03	38 941
ALLIANZ, GY	613			83,62	51 261	87,36	53 552
ANHEUSER-BUSCH INBEV, BB	1 286			30,69	39 474	36,40	46 804
ARCELOR MITTAL, NA	159			27,61	4 391	32,18	5 117
AXA, FP	2 390			15,98	38 188	16,54	39 531
BANCA INTESA, IM	9 847			2,98	29 337	3,14	30 920
BANCO SANTANDER, SM	10 752			11,01	118 411	11,55	124 132
BASF, GY	1 185			37,59	44 541	43,63	51 701
BAYER, GY	1 888			59,32	112 002	56,05	105 822
BBVA, SM	2 047			12,26	25 103	12,73	26 048
BELGACOM, BB	620			27,72	17 186	25,32	15 698
BG GROUP, LN, GBP	4 656			16,19	75 372	12,63	58 822
BNP PARIBAS, FP	1 815			54,02	98 052	55,80	101 277
CARREFOUR, FP	830			30,95	25 690	33,56	27 855
CREDIT SUISSE GROUP	1 225			36,67	44 926	34,51	42 275
DAIMLER, GY	503			33,97	17 084	37,10	18 661
DANONE, FP	1 907			52,21	99 569	42,83	81 667
DELHAIZE GROUP, BB	1 273			52,39	66 692	53,60	68 233
DEUTSCHE BANK, GY	900			52,93	47 638	49,51	44 559
DNB NOR, NOK, NO	1 135			7,54	8 557	7,56	8 581
E.ON, GY	2 145			27,10	58 131	29,07	62 355
EDP RENOVAVEIS, PL	640			8,00	5 120	6,62	4 237
ENI SPA, IM	1 155			22,40	25 873	17,76	20 513
FORTIS, NA	824			2,87	2 361	2,62	2 160
FRANCE TELECOM, FP	3 800			24,24	92 107	17,43	66 215
GDF (EX. SUEZ), FP	2 672			27,57	73 657	30,16	80 587
IBERDROLA, SM	10 645			6,06	64 507	6,67	71 002
ING Groep, NA	6 944			8,11	56 329	6,90	47 914
KPN, NA	1 169			12,15	14 202	11,84	13 841
MUNCHENER RUCK, GY	150			107,18	16 076	108,95	16 343
NATIONAL BANK OF GREECE, GA	481			24,47	11 771	18,06	8 687
NOVARTIS, VX, CHF	1 558			39,26	61 173	38,05	59 281
PHILIPS, NA	408			17,38	7 092	20,68	8 437
PRUDENTIAL, LN, GBP	279			6,58	1 837	7,14	1 993
REED ELSEVIER, NA	2 367			8,26	19 542	8,58	20 311
RWE, GY	1 459			94,04	137 203	68,07	99 314
SANOFI-SYNTHELABO, FP	594			61,23	36 368	55,06	32 706
SAP, GY	2 201			36,70	80 786	33,05	72 732
SIEMENS, GY	1 664			65,08	108 299	64,35	107 078
SOCIETE GENERALE, FP	1 551			48,77	75 643	48,92	75 875
TELEFONICA, SM	6 762			21,80	147 425	19,52	131 994
TELENOR, NO, NOK	2 116			8,56	18 119	9,76	20 650
THOMAS COOK GROUP, LN, GBP	12 701			3,23	41 003	2,59	32 907
TNT, NA	305			14,54	4 434	21,43	6 536
TOTAL FINA, FP	2 794			55,05	153 811	45,01	125 744
UNICREDITO, IM	14 901			2,70	40 295	2,34	34 906
UNILEVER, NA	261			20,87	5 448	22,75	5 938
VINCI, FP	2 050			45,62	93 526	39,46	80 893

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de Dezembro de 2009

Anexo 1
(Valores em Euros)

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço unitário	Valor de balanço total
VIVENDI, FP	1 907			30,41	57 995	20,79	39 647
sub-total	132 003				2 514 491		2 340 992
sub-total	132 003				2 514 491		2 340 992
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
BTPS, 3.75%, 01/08/2021, GOVT		500 000	91,65		458 230	97,07	493 085
DBR, 5,25%, 04/07/2010, GOVT		1 500 000	102,87		1 543 080	102,33	1 573 756
DBR, 5,5%, 04/01/2031, GOVT		1 000 000	118,32		1 183 175	118,10	1 235 407
FRTR, 3.75%, 25/04/2021, GOVT		500 000	93,53		467 630	99,89	512 307
FRTR, 4.25%, 25/10/2023, GOVT		600 000	100,82		604 920	103,02	622 825
GGB, 4.3%, 20/07/2017, GOVT		1 050 000	98,43		1 033 511	93,10	997 784
GGB, 4.5%, 20/09/2037, GOVT		600 000	95,07		570 420	76,98	469 449
SPGB, 3.9%, 31/10/2012, GOVT		1 400 000	105,16		1 472 198	105,00	1 479 153
sub-total		7 150 000			7 333 164		7 383 766
2.2.2.3 - De outros emissores							
ALLIANCE 6 LEICESTER, FRN, 21/09/2010, CORP		500 000	99,22		496 090	99,50	497 613
ANZ BANK, 4.375%, 24/05/2012, CORP		150 000	98,45		147 679	104,58	160 842
ANZ BANK, 4.45%, 05/02/2015, CORP, CALL		240 000	98,86		237 253	99,97	249 560
ATLAS COPCO, 4.75%, 05/06/2014, CORP		50 000	99,77		49 884	105,50	54 110
BANCA INTESA, 6.25%, 01/03/2010, CORP		189 000	103,68		195 955	100,73	200 260
BANCA INTESA, FRN, 08/02/2016, CORP, CALLL		500 000	99,00		495 000	96,96	485 485
BANCA INTESA, FRN, 11/02/2010, CORP		500 000	99,67		498 365	99,99	500 531
BANCO SABADELL, FRN, 20/02/2012, CORP		500 000	99,78		498 880	99,58	498 740
BANQUES POPULAIRES, 4.25%, 29/01/2013, CORP		200 000	105,05		210 100	105,04	217 901
BBVA, 4.5%, 12/11/2015, CORP, CALL		400 000	98,62		394 479	100,41	404 073
BBVA, FRN, 23/05/2017, CORP, CALL		500 000	97,83		489 125	94,38	472 436
BELGELEC FINANCE, FRN, 03/05/2011, CORP		500 000	99,40		496 978	99,39	497 637
BES FINANCE, FRN, 09/02/2010, CORP		500 000	99,68		498 400	99,88	500 039
BES FINANCE, FRN, 21/04/2011, CORP		500 000	100,34		501 685	99,58	498 815
BFCM, FRN, 30/04/2010, CORP		100 000	99,91		99 905	100,20	100 441
BHP, 4.375%, 26/02/2014, CORP		100 000	96,39		96 391	104,87	108 560
BMW FINANCE, 4.25%, 22/01/2014, CORP		320 000	96,49		308 764	103,10	342 712
BNP PARIBAS, 3.125%, 06/12/2015, CORP, CALL		300 000	95,36		286 065	100,38	301 783
CAJAMM, 3.625%, 05/10/2016, CORP		1 100 000	97,25		1 069 739	96,79	1 074 147
CEMG-CAYMAN ISLAND, FRN, 30/09/2010, CORP		550 000	98,16		539 864	99,32	546 291
CIMPOR FINANCIAL, 4.5%, 27/05/2011, CORP		30 000	97,60		29 279	101,95	31 390
CTIGROUP, 4.75%, 31/05/2017, CORP, CALL		150 000	97,42		146 127	87,31	135 145
COLGATE PALMOLIVE, 4.75%, 13/06/2014, CORP		100 000	99,83		99 833	106,81	109 426
COMMERZBANK, 4.125%, 13/09/2016, CORP		300 000	95,50		286 512	90,79	276 021
CREDIT AGRICOLE, FRN, 08/10/2010, CORP		500 000	100,00		500 000	100,57	504 751
CREDIT AGRICOLE, FRN, 15/04/2010, CORP		200 000	99,95		199 904	100,13	200 846
DAIMLER, 6.125%, 08/09/2015, CORP		100 000	99,36		99 356	110,82	112 732
DANSKE BANK, FRN, 29/06/2012, CORP		500 000	99,50		497 500	98,62	493 134
DEUTSCHE BANK, 4.875%, 24/09/2012, CORP		100 000	100,56		100 563	106,44	107 753
DIAGEO FINANCE, FRN, 22/05/2012, CORP		300 000	99,44		298 305	99,17	297 802
DNBK, FRN, 11/04/2011, CORP		500 000	99,72		498 583	99,87	500 273
DNBK, FRN, 27/09/2010, CORP		500 000	100,00		499 980	99,90	499 551
E.ON, 4.875%, 28/01/2014, CORP		194 000	99,96		193 924	107,14	216 582
E.ON, 5.125%, 02/10/2012, CORP		130 000	101,78		132 319	107,13	140 908
E.ON, 5.25%, 06/06/2014, CORP		130 000	99,44		129 276	108,94	145 477
E.ON, 5.25%, 08/09/2015, CORP		60 000	99,66		59 797	108,94	66 348
ENBW, 5.875%, 28/02/2012, CORP		220 000	104,21		229 261	107,85	248 106
ENDESA CAPITAL, FRN, 22/11/2011, CORP		500 000	99,50		497 515	99,01	495 524
ENEL, 5.25%, 20/06/2017, CORP		100 000	98,93		98 931	108,13	110 925
ERSTE BK OEST, 4.75%, 18/09/2013, CORP		153 000	100,41		153 626	105,36	163 266
FORTIS BANK, 4.25%, 23/03/2021, CORP, CALL		150 000	91,74		137 614	95,04	147 498
FORTIS BANK, FRN, 17/01/2017, CORP, CALL		500 000	98,23		491 140	91,59	458 945
GAZPROM, 5.364%, 31/10/2014, CORP		50 000	96,00		48 000	100,65	50 775
GE CAPITAL FNDNG, 4.75%, 28/09/2012, CORP		152 000	100,25		152 380	104,61	160 872
GE CAPITAL FNDNG, FRN, 03/04/2014, CORP		500 000	99,05		495 250	95,24	477 272
GE CAPITAL FNDNG, FRN, 04/05/2011, CORP		500 000	99,26		496 315	99,07	496 042
HBOS, 4.125%, 06/02/2012, CORP		250 000	96,80		242 009	101,93	264 088
ING BANK, 4.625%, 15/03/2019, CORP, CALL		362 000	97,17		351 755	96,86	363 981
ING GROEP, FRN, 11/04/2016, CORP		500 000	99,15		495 750	89,32	447 630
JYBC, FRN, 04/04/2012, CORP		500 000	99,99		499 940	98,61	494 142
METRO FINANCE, 4.75%, 29/05/2012, CORP		50 000	99,63		49 817	104,70	53 758
NAB, 5.5%, 20/05/2015, CORP		140 000	99,42		139 184	108,57	156 745
NATIONWIDE BLDG, 3.725%, 17/08/2015, CORP, CALL		184 000	94,51		173 892	94,93	176 979
NATIXIS, FRN, 06/07/2017, CORP, CALL		500 000	94,15		470 756	87,05	436 369
NATIXIS, FRN, 14/05/2019, CORP, CALL		200 000	95,33		190 655	93,73	193 161
NATIXIS, FRN, 21/01/2016, CORP, CALL		500 000	98,30		491 500	89,52	448 547
NATL GRID, 4.125%, 21/03/2013, CORP		130 000	95,62		124 305	103,09	138 208
NATL GRID, FRN, 18/01/2012, CORP		500 000	99,73		498 665	99,12	496 688
NORDEA BANK, FRN, 18/05/2010, CORP		500 000	99,86		499 280	99,73	499 101
NYKREDIT, FRN, 01/02/2010, CORP		100 000	99,09		99 085	99,84	99 954
PFIZER, 5.75%, 03/06/2021, CORP		200 000	113,85		227 700	112,00	230 645
PROCTER & GAMBLE, 4.5%, 12/05/2014, CORP		100 000	97,83		97 827	105,91	108 783
RABOBANK, 4.375%, 22/01/2014, CORP		333 000	99,75		332 164	105,40	364 675

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de Dezembro de 2009

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço unitário	Valor de balanço total
RAIFF ZENTRALBK, 4.75%, 15/06/2012, CORP		250 000	100,03		250 081	101,52	260 277
REPSOL INTL FINANCE, FRN, 16/02/2012, CORP		250 000	98,80		247 000	99,43	248 881
ROCHE, 6.5%, 04/03/2021, CORP		200 000	120,29		240 580	118,26	247 278
SANPAOLO IMI, FRN, 20/02/2018, CORP, CALL		500 000	98,08		490 375	91,83	459 687
SANTANDER INTL DEBT, 3.375%, 17/02/2010, CORP		200 000	97,40		194 802	100,28	206 431
SANTANDER ISSUAN, 4.5%, 30/09/2019, CORP, CALL		200 000	94,56		189 117	100,29	202 850
SHELL INT FIN, 4.625%, 22/05/2017, CORP		100 000	98,86		98 861	105,64	108 438
SKANDINAV ENSKILDA, 4.125%, 28/05/2015, CORP, CALL		305 000	98,01		298 927	99,85	312 033
SNS BANK, 6.125%, 07/04/2010, CORP		150 000	103,26		154 897	101,18	158 511
SOC GEN, FRN, 07/06/2017, CORP, CALL		500 000	98,20		491 000	94,80	474 295
SOCIETE GENERALE, 4.2%, 05/03/2012, CORP		50 000	98,37		49 183	104,16	53 812
SOCIETE GENERALE, FRN, 15/4/2010, CORP		300 000	99,87		299 598	100,13	301 245
ST GEORGE BANK, 4.875%, 17/07/2012, CORP		275 000	100,01		275 016	105,52	296 319
ST GEORGE BANK, 6.5%, 24/06/2013, CORP		150 000	99,93		149 888	111,10	171 718
SVENSKA HANDELSBANKEN, FRN, 18/10/2010, CORP		500 000	99,85		499 255	100,81	505 924
TELECOM ITALIA, 6.25%, 01/02/2012, CORP		143 000	103,96		148 659	106,89	161 004
TELEFONICA, 3.75%, 02/02/2011, CORP		100 000	96,80		96 800	102,20	105 614
TOYOTA, 6.625%, 03/02/2016, CORP		80 000	99,92		79 939	115,91	97 536
UBS, 4.5%, 16/09/2019, CORP, CALL		256 000	96,14		246 125	97,00	251 668
UNICREDITO ITALIANO, FRN, 05/02/2014, CORP		675 000	98,10		662 175	97,84	661 360
VIVENDI, 4.5%, 03/10/2013, CORP		50 000	97,16		48 578	103,74	52 420
VOLKSWAGEN LEASING, 4.125%, 31/05/2011, CORP		280 000	97,68		273 493	102,60	294 060
WELLS FARGO, 4.125%, 03/11/2016, CORP		50 000	93,84		46 920	98,63	49 643
XSTRATA FINANCE CANADA, 4.875%, 14/06/2012, CORP		50 000	99,52		49 759	104,48	53 577
sub-total		24 981 000			24 747 195		25 067 375
sub-total		32 131 000			32 080 358		32 451 141
total	132 003	32 131 000			34 594 850		34 792 133
3 - TOTAL GERAL	211 092	33 331 000			36 266 713		36 324 814

Desenvolvimento da Provisão para Sinistros Relativa a Sinistros Ocorridos em Exercícios Anteriores e dos seus Reajustamentos (Correcções) para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2009

Anexo 2
(Valores em Euros)

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

Rubricas	Provisão para sinistros em 31 Dez 2008 (1)	Montantes pagos no exercício* (2)	Provisão para sinistros em 31 Dez 2009* (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida				
Não Vida				
Doença	45 658 371	37 138 865	10 480 726	1 961 220
	45 658 371	37 138 865	10 480 726	1 961 220
Total	45 658 371	37 138 865	10 480 726	1 961 220

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

Discriminação dos Custos com Sinistros para o Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2009

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

Anexo 3
(Valores em Euros)

Rubricas	Montantes pagos Prestações (1)	Montantes pagos Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Varição da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros* (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Directo				
Doença	1 189 442	-	221 750	1 411 192
Total de seguro directo	1 189 442	-	221 750	1 411 192
Resseguro Aceite	153 074 098	6 129 948	(1 165 050)	158 038 996
Total	154 263 540	6 129 948	(943 300)	159 450 188

* Sem dedução da parte dos resseguradores

Discriminação de Alguns Valores por Ramos para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2009

Anexo 4
(Valores em Euros)

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

Rubricas	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos*	Custos de Exploração Brutos*	Saldo de Resseguro
Seguro Directo					
Doença	1 050 317	1 050 738	1 411 192	2 567	-
Total de seguro directo	1 050 317	1 050 738	1 411 192	2 567	-
Resseguro Aceite	167 237 856	166 805 497	158 038 996	10 687 953	(539 685)
Total	168 288 173	167 856 235	159 450 188	10 690 520	(539 685)

* Sem dedução da parte dos resseguradores

4. Certificação Legal das Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Multicare – Seguros de Saúde, S.A. (“Companhia”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009 que evidencia um total de 114.900.179 Euros e capitais próprios de 26.993.506 Euros, incluindo um resultado líquido de 469.627 Euros, a Demonstração de ganhos e perdas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração dos fluxos de caixa e a Demonstração das variações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o rendimento integral das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

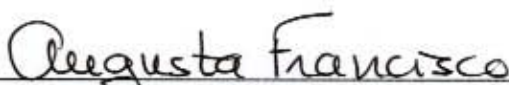
Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Multicare – Seguros de Saúde, S.A. em 31 de Dezembro de 2009, bem como o rendimento integral das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector segurador (Nota 2).

Ênfase

5. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 são apresentadas de forma a dar cumprimento aos requisitos de publicação de contas. Estas demonstrações financeiras foram por nós examinadas e a nossa Certificação Legal das Contas, datada de 12 de Março de 2009, continha uma ênfase relativa à transição para o novo plano de contas para as empresas de seguros.

Lisboa, 4 de Março de 2010



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

Multicare - Seguros de Saúde, S.A.

Grupo **Caixa Geral de Depósitos**